

CADERNO DE ENCARGOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

“P188/2023- Manutenção de Espaços Verdes (Lote 1 - Jardins de Ourém; Lote 2 - Jardins de Fátima e Lote 3 - Podas nas Freguesias) - 80776/2023”

CONCURSO PÚBLICO

(COM PUBLICAÇÃO NO JOUE)

Índice:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	2
CAPÍTULO III – PREÇO	5
CAPÍTULO IV – RESPONSABILIDADE DA ADJUDICATÁRIA	5
CAPÍTULO IV – QUALIDADE DO SERVIÇO.....	9
CAPÍTULO VI – ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	11
SECÇÃO I - Objeto e Disposições Gerais	11
SECÇÃO II - Características dos Espaços Objeto do Contrato	14
CAPÍTULO VI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO CUMPRIMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.....	16
SECÇÃO III - Regras Gerais para a Manutenção dos Jardins e Espaços Verdes	16
SECÇÃO IV - Natureza e Características dos Materiais a Utilizar	18
SECÇÃO V - Fornecimento dos Materiais a Utilizar	20
SECÇÃO VI - Regras para a Manutenção e Conservação de Relvados e Prados Regados	21
SECÇÃO VII - Regras para a Manutenção e Conservação de Prados de Sequeiro/Limpeza e Desmatção de Matos ..	25
SECÇÃO VIII - Regras para a Conservação de Herbáceas.....	26
SECÇÃO IX - Manutenção e Conservação de Árvores e Arbustos.....	28
SECÇÃO X - Regras para a Execução de Podas.....	30
SECÇÃO XI - Regras para a Manutenção e Conservação do Sistema de Rega	34
CAPÍTULO VIII – CONDIÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS.....	35
CAPÍTULO IX – PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	37
CAPÍTULO X – FASES DO CONTRATO	38
CAPÍTULO XI – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.....	39
CAPÍTULO XII – INCUMPRIMENTO E CUMPRIMENTO DEFEITUOSO.....	42
CAPÍTULO XIII – EXTINÇÃO DO CONTRATO	43
CAPÍTULO XIV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	45
CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS	45
ANEXOS	48

Anexos:

- Anexo I - Grau de Qualidade Exigido na Prestação de Serviços
- ANEXO II – Lote 1 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Ourém e Outros Locais
- ANEXO III – Lote 2 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Fátima e Outros Locais
- ANEXO IV – Lote 3 - Quantificação Podas nas Freguesias
- ANEXO V – Tabela guia das operações a realizar e periodicidade
- Anexo VI - Grau de Qualidade Exigido na Prestação de Serviços
- ANEXO VII – Mapa de Trabalhos, Lote 1, 2 e 3
- ANEXO VIII – Localização dos Jardins de Ourém - Lote 1
- ANEXO IX – Localização dos Jardins de Fátima – Lote 2

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª: Definições

Para efeitos do presente procedimento pré-contratual, no que diz respeito ao concurso, entende-se por:

- a) Adjudicatário:** a empresa ou agrupamento de empresas ao qual seja adjudicada a prestação de serviço;
- b) Concorrente:** a entidade que participa no procedimento mediante a apresentação de uma proposta, tendo em vista a adjudicação da prestação de serviços;
- c) Contrato:** o contrato assinado pela Entidade Adjudicante e pelo Adjudicatário através do qual esta assume o compromisso prestar os serviços de manutenção dos espaços verdes e jardins do concelho de Ourém e podas nas freguesias;
- d) Entidade Adjudicante:** o Município de Ourém (MO);
- e) Partes:** a Entidade Adjudicante e o Adjudicatário, no exercício dos direitos e cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- f) Procedimento de contratação pública:** o procedimento pré-contratual a que se refere o presente caderno de encargos, com vista à prestação de serviços;
- g) Proposta:** a declaração pela qual o concorrente manifesta à Entidade Adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, incluindo o conjunto de documentos apresentados no procedimento de contratação pública, com o objetivo de responder às exigências definidas no programa de concurso e no presente caderno de encargos.

Cláusula 2.ª: Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. O presente Caderno de Encargos;
 - b. Os suprimimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente, para a decisão de contratar;
 - c. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

CAPÍTULO II – OBJETO E DURAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Cláusula 3.ª: Objeto do contrato

1. O presente Caderno de compreende as cláusulas pelas quais se regulará o contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES E JARDINS DO CONCELHO DE OURÉM E PODAS NAS FREGUESIAS”.
2. A presente prestação de serviços está organizada em três lotes, nomeadamente:
 - i. Lote 1 – Jardins da Cidade de Ourém e Outros (que inclui outros jardins e espaços verdes do Município de Ourém);
 - ii. Lote 2 - Jardins da Cidade de Fátima e Outros (que inclui outros jardins e espaços verdes do Município de Ourém);
 - iii. Lote 3 – Podas nas Freguesias.
3. Esta prestação de serviços consiste na execução das seguintes tarefas:
 - a. Manutenção dos jardins e espaços verdes;
 - b. Manutenção da rede de rega;
 - c. Plantação de árvores, arbustos, herbáceas e flores da época;
 - d. Retanchar de espécies arbustivas, herbáceas e árvores em espaços requalificados;
 - e. Tratamento fitossanitário das árvores de arruamento da Cidade de Ourém;
 - f. Execução de podas.

Cláusula 4.ª: Local da Prestação do Serviço

Os serviços objeto do contrato serão prestados na área do Município de Ourém, nos locais indicados nos anexos e nas cláusulas referentes à Prestação dos Serviços.

Cláusula 5.ª: Prazo

1. O período de vigência do contrato será de 3 anos sem possibilidade de renovação.
2. Caso nos trinta dias anteriores à data prevista para início da prestação de serviços, ainda não tenha ocorrido a obtenção do Visto do Tribunal de Contas, a prestação de serviços iniciar-se no primeiro dia do segundo mês subsequentes à sua receção.

CAPÍTULO III – PREÇO

Cláusula 6.ª: Preço Base e Preço Contratual

1. O preço base que o Município de Ourém está disposto a pagar ao prestador de serviço pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto corresponde ao montante de total 800.000,00€, oitocentos mil euros (acresce IVA à taxa legal em vigor), cujos encargos se repartem previsivelmente pelos seguintes lotes:
 - a) Lote 1: 348.172,39€;
 - b) Lote 2: 379.337,96€;
 - c) Lote 3: 72.489,65€.
2. O preço contratual será o que resultar do somatório dos custos, tendo em consideração os preços e as tarefas, discriminadas nos Mapas de Trabalhos que se apresentam no Anexo V, relacionadas com a prestação de serviços:
3. No preço contratual estão incluídos todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do Adjudicatário, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, entre outros.

CAPÍTULO IV – RESPONSABILIDADE DA ADJUDICATÁRIA

Cláusula 7.ª: Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar o serviço identificado na sua proposta e no presente caderno de encargos;
- b) Obrigação de cumprir os prazos e restantes condições constantes da sua proposta e do procedimento;
- c) Atualizar sistematicamente as informações relativas à prestação dos serviços, para efeitos de cadastro e de fiscalização e remeter os dados à Entidade Adjudicante;
- d) Efetuar o transporte e entrega de resíduos resultantes das operações, em conformidade com a legislação em vigor;
- e) Transmitir uma imagem de eficiência e diligência no desempenho das tarefas que prestará ao abrigo do contrato e contribuir para uma boa imagem do serviço público prestado e da Entidade Adjudicante;
- f) Fornecer à Entidade Adjudicante todas as informações, dados estatísticos referentes ao funcionamento do serviço adjudicado;

- g) A título acessório, o Adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados a prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário a perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
- h) O Adjudicatário fica obrigado a remeter todas as reclamações, pedidos ou sugestões para conhecimento do MO;
- i) O Adjudicatário deve efetuar todos os trabalhos de manutenção, reparação, renovação, reabilitação e substituição de todos os equipamentos, infraestruturas e instalações, nomeadamente as que venham a ser a fazer parte do objeto de contrato;
- j) O adjudicatário, sempre que sofra atrasos na execução da prestação de serviços, em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, fica obrigado a informar, por escrito, a fiscalização, a fim do Município de Ourém (M.O.), ficar habilitado a tomar providências que estejam ao seu alcance deverá, no prazo de 24 horas a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência.
- k) O Adjudicatário fica obrigado, sempre que tal se justifique, a adotar os procedimentos de sinalização de pessoas, viaturas, equipamentos e áreas de serviço, cumprindo as normas em vigor, de forma a garantir a sua visibilidade e segurança e a de terceiros, devendo a sinalização ser de imediato retirada, quando terminarem as tarefas;
- l) Se os trabalhos a executar na prestação de serviços forem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o fornecedor, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunicará, antes do início dos trabalhos em causa, esse facto à fiscalização, para que esta possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.
- m) Aceitar obrigatoriamente a modificação de horários e frequência dos serviços, por ocorrência de fatores imponderáveis e supervenientes, por solicitação do MO.

Cláusula 8.ª: Responsabilidade por Danos

1. Correrão por conta do Adjudicatário, que se considerará, para o efeito, o único responsável, a reparação e indemnização de todos os prejuízos que por motivos imputáveis a este venham a ocorrer sobre terceiros, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do pessoal do Adjudicatário, subcontratados e do deficiente comportamento ou de negligência de utilização dos materiais, produtos ou equipamentos afetos aos trabalhos;
2. Serão inteiramente da conta do Adjudicatário os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de materiais ou de outros elementos a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial, comercial e intelectual.

3. Se o Município de Ourém vier a ser demandado por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o Adjudicatário indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Constitui especial dever do Adjudicatário promover e exigir a qualquer parte terceira com quem venha a contratar, que tome as medidas necessárias para salvaguarda da integridade física do público em geral e do pessoal afeto à prestação de serviços, devendo ainda cumprir e zelar pelo cumprimento dos regulamentos de higiene e segurança aplicáveis.
5. O adjudicatário obriga-se a contratar um seguro de responsabilidade civil, por eventuais danos da sua responsabilidade causados a terceiros, no decorrer da prestação dos serviços.

Cláusula 9.ª: Seguros

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura de todos os riscos da execução dos serviços contratados, através da manutenção dos contratos de seguro exigidos pelo presente caderno de Encargos e pela lei portuguesa.
2. É da responsabilidade do Adjudicatário, através de contrato(s) de seguro, assegurar a cobertura de danos corporais e de danos materiais, e no(s) qual/quais a Entidade Adjudicante seja considerada como “Terceiro”. O incumprimento desta exigência constitui fundamento de resolução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a manter as apólices de seguro referidas na presente cláusula válidas, até ao final do contrato;
4. Os encargos referentes a todos os seguros, bem como qualquer dedução efetuada pela companhia seguradora a título da franquia em caso de sinistro indemnizável, serão exclusivamente da conta do Adjudicatário.

Cláusula 10.ª: Responsabilidade pelos Recursos Humanos

1. O Adjudicatário obriga-se a estabelecer e manter uma estrutura de recursos humanos que permita dar satisfação aos objetivos propostos e às exigências deste Caderno de Encargos:
 - a) São da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução dos trabalhos afetos à prestação de serviços, nomeadamente o pagamento de ordenados, segurança social, entre outros, de acordo com o disposto na legislação vigente, bem como a sua aptidão profissional e a sua disciplina;
 - b) O Adjudicatário assume toda a responsabilidade sobre os atos do pessoal e os resultantes da utilização do equipamento;
 - c) O pessoal deve ter robustez física necessária para o cargo e usar de urbanidade na prestação dos serviços de forem incumbidos;

- d) O pessoal será portador de um cartão de identificação, deverá comportar-se com absoluta correção com o público e autoridades municipais e, sempre que solicitado deverá mostrar o cartão individual de identificação.
- 2. No que concerne a segurança do pessoal, medicina no trabalho e acidentes de trabalho, o Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado para a realização da prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem;
- 3. A Entidade Adjudicante reserva-se no direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao adjudicatário, qualquer elemento do seu pessoal que haja desrespeitado os agentes da entidade adjudicante, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes ou que provoque indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem deverá ser fundamentada por escrito, quando o Adjudicatário o exija, mas em prejuízo da imediata suspensão do pessoal indicado.
- 4. O Adjudicatário não pode promover qualquer tipo de discriminação entre os trabalhadores ao seu serviço.

Cláusula 11.ª: Responsabilidade pelos Meios

- 1. Compete ao adjudicatário o fornecimento de todas as máquinas e ferramentas necessárias ao objeto deste fornecimento.
- 2. Compete também ao adjudicatário o fornecimento e aplicação de todos os combustíveis, lubrificantes, consumíveis, ferramentas, etc. necessários à manutenção de máquinas e ferramentas e à sua conservação em boas condições de funcionamento, e bem assim à boa execução dos trabalhos.

Cláusula 12.ª: Utilização de vias públicas e privadas

- 1. O Adjudicatário, na prestação dos serviços objeto do contrato, goza dos direitos de utilizar o domínio público municipal, objeto da presente prestação de serviços.
- 2. A Entidade Adjudicante, em caso de litígio prestará ao Adjudicatário, a requerimento fundamentado desta, todo o apoio necessário para o exercício dos direitos referidos no número anterior.
- 3. O Adjudicatário obriga-se a planejar adequadamente os seus trabalhos em conjunto com as partes interessadas, de forma a minorar os inconvenientes que daí advenham para o público.
- 4. Sempre que seja necessário executar trabalhos extraordinários nas vias públicas, o Adjudicatário informa previamente a Entidade Adjudicante e cumpre a legislação em vigor relativa à sinalização e divulgação ao público dos serviços a realizar, especificando, designadamente, o trabalho que está a ser executado, a sua data de início e finalização e o horário de condicionamento ou interrupção da via pública.

Cláusula 13.ª: Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão, total ou parcial, da sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, depende da autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO V – QUALIDADE DO SERVIÇO**Cláusula 14.ª: Interrupções de serviço**

1. A prestação dos serviços só pode ser interrompida em casos fortuitos ou de força maior, resultantes de acontecimentos imprevisíveis ou inevitáveis que impeçam a continuidade do serviço.
2. Nos casos indicados na alínea anterior, o Adjudicatário deve ter um plano de ação alternativo e mobilizar todos os meios adequados à reposição do serviço no menor período de tempo possível, tomando todas as medidas que estiverem ao seu alcance para minimizar os inconvenientes e os incómodos causados aos utilizadores dos serviços.
3. O Adjudicatário deve comunicar de imediato à Entidade Adjudicante as interrupções de serviço, bem como o meio de resolução do problema e hora prevista para a retoma do serviço.

Cláusula 15.ª: Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueio internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à Entidade Adjudicante, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.
 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente corresponde ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª: Serviços Urgentes

1. Sem prejuízo das obrigações gerais do Adjudicatário previstas no presente Capítulo, a Entidade Adjudicante pode promover a execução de qualquer dos serviços, caso os mesmos sejam considerados urgentes ou necessários para fazer cessar uma interrupção nos serviços que se tenha prolongado por período superior a 24 (vinte e quatro) horas sem que o Adjudicatário tenha tomado as devidas medidas.
2. No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante pode recorrer à caução para se ressarcir dos custos incorridos, mediante prévia apresentação ao Adjudicatário da respetiva fundamentação, podendo ainda aplicar ao Adjudicatário uma sanção pecuniária, referida no presente caderno de encargos.

Cláusula 17.ª: Previsão de Novos Trabalhos

1. No presente caderno de encargos estão previstas novas obras, a realizar brevemente pela autarquia, que já constam do presente caderno de encargos, nomeadamente:
 - a. Requalificação Urbana da Avenida Irmã Lúcia de Jesus (Rotunda Sul ao Limite da Zona Urbana de Fátima) – Previsão de início da obra – Início da Obra início de 2024;
 - b. Requalificação da Avenida D. Nuno Álvares Pereira – Troço entre as Rotundas dos Álamos e do Ribeirinho – Ourém – Início da Obra final de 2023.

CAPÍTULO VI – ESPECIFICAÇÕES RELATIVAS À PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

SECÇÃO I - Objeto e Disposições Gerais

Cláusula 18.ª: Objeto da Prestação de Serviço

1. A Entidade Adjudicante exige que a prestação de serviços, objeto do contrato, tenha uma excelente qualidade devendo o adjudicatário cumprir as regras do presente caderno de encargos, também elencadas na tabela 2, do Anexo I.
2. A prestação de serviços consiste na execução das seguintes tarefas:
 - a. Lote 1 - Manutenção dos Espaços Verdes e Jardins da Cidade de Ourém e Outros Locais:
 - i. Manutenção dos espaços verdes e jardins;
 - ii. Manutenção da Rede de Rega;
 - iii. Fornecimento e plantação de árvores, arbustos, flores de época e plantas herbáceas;
 - iv. Retanchar de espécies arbustivas, herbáceas e árvores em espaços requalificados;
 - v. Tratamento fitossanitário das árvores de arruamento da Cidade de Ourém;
 - vi. Poda de Árvores dos espaços verdes e jardins e das árvores de arruamento.
 - b. Lote 2 - Manutenção dos Espaços Verdes e Jardins da Cidade de Fátima e Outros Locais:
 - i. Manutenção dos espaços verdes e jardins;
 - ii. Manutenção da Rede de Rega;
 - iii. Fornecimento e plantação de árvores, arbustos, flores de época e plantas herbáceas;
 - iv. Retanchar de espécies arbustivas, herbáceas e árvores em espaços requalificados;
 - v. Poda de Árvores dos espaços verdes e jardins e das árvores de arruamento.
 - c. Lote – Podas nas Freguesias:
 - i. Poda de Árvores de arruamento e outros espaços públicos.
3. A prestação de serviços é realizada em diversos locais do concelho de Ourém, nos espaços do domínio público e privado do Município, tendo-se agrupado os espaços nos lotes referidos na Secção II – Características dos Espaços Objeto do Contrato.
4. No início da prestação de serviços, o adjudicatário deverá proceder ao levantamento de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas em falta, nos espaços que dizem respeito à prestação de serviços, indicados na tabela 3 e na tabela 7. O levantamento deverá ser entregue com o primeiro Relatório Mensal de Atividades. A responsabilidade de plantação das espécies compete ao adjudicatário. A aquisição das mesmas é por conta da entidade adjudicante. As plantações serão efetuadas, de preferência no outono. O adjudicatário poderá solicitar as telas finais dos espaços para melhor contabilização das espécies.

Cláusula 19.ª: Disposições Gerais dos Meios Humanos a afetar ao serviço

1. O adjudicatário deverá dispor do pessoal necessário em cada momento e época do ano para uma correta e eficiente realização dos trabalhos de manutenção e conservação.
2. Deverá apresentar durante o 1º (primeiro) mês após adjudicação um quadro com os nomes, cargos de todo o pessoal diretamente afeto ao contrato, à exceção dos jardineiros que, no mínimo, deverá ser:

Tabela 1: Meios Humanos Mínimos a afetar à Prestação de Serviços – Lotes 1,2 e 3

Lotes	Categorias	Unidades	Frequência	Taxa de Afetação ao Contrato
Lote 1 - Jardins de Ourém	Encarregado especialista em Jardinagem	1	Diária	100%
	Jardineiros	5*	Diária	100%
	Canalizador	1	Sempre que necessário	20%
	Responsável Técnico	1	1 vez semana	25%
Lote 2 – Jardins de Fátima	Encarregado especialista em Jardinagem	1	Diária	100%
	Jardineiros	4*	Diária	100%
	Canalizador	1	Sempre que necessário	20%
	Responsável Técnico	1	1 vez semana	25%
Lote 3 – Podas a)	Encarregado especialista em Jardinagem	1	Diária	100%
	Jardineiros	4*	Diária	100%
	Responsável Técnico	1	1 vez semana	25%

*O número apresentado é indicativo, podendo o adjudicatário gerir o pessoal de forma mais otimizada, tendo em consideração o grau de qualidade exigido, indicado na tabela 2.

a) a realizar num período de 3 meses – Obrigatória ter início em novembro e término em janeiro.

3. No que respeita aos lotes 1 e 2, o encarregado especialista em jardinagem pode acumular com as funções de jardineiro, mas não é contabilizado como tal. No que respeita ao lote 3, o trabalho será diário apenas nos meses em que se realizam as operações das podas (novembro -janeiro).
4. No que se refere ao responsável técnico o adjudicatário terá como mínimo um técnico superior, que deverá estar afeto à direção e organização dos trabalhos, só podendo ser substituído após consulta e aprovação prévia do M.O..
5. Este deverá ter no mínimo três anos de experiência na área da manutenção de espaços verdes, de preferência com formação em arquitetura paisagista. Também o encarregado deverá ter pelo menos três anos de experiência.
6. Deverá ser também indicado qual o responsável pelo contrato por parte da empresa perante o M.O., ou seja, qual o gestor do contrato.

7. Quando necessário, ou por ser uma situação de “ponta” ou por ser um trabalho sazonal ou sempre que se justifique para cumprimento do caderno de encargos, deve o adjudicatário recorrer a afetação parcial para determinados trabalhos sazonais e/ou a técnicos especialista (ex. podadores).
8. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução do fornecimento, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
9. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado nesta prestação de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.

Cláusula 20.ª: Horário dos Serviços

O horário a efetuar será em função da organização dos diferentes trabalhos, de modo a ser o mais operativo possível. No entanto este deverá ser previamente aprovado pelo M.O., bem como toda e qualquer alteração que venha a ser proposta.

Cláusula 21.ª: Vestuário e Equipamento de Trabalho

1. Os trabalhadores da empresa devem apresentar-se fardados uniformemente e devidamente identificados com o logotipo da empresa.
2. Tendo em conta a natureza dos trabalhos a desenvolver deverão ser previstas medidas de proteção coletiva de acordo com a legislação em vigor, assim como medidas de proteção individual que passam essencialmente pela utilização do equipamento de proteção individual – EPI, que no conjunto têm por objetivo atenuar os riscos associados às tarefas que cada trabalhador desempenha na prestação de serviços.
3. As medidas de proteção coletiva deverão sempre prevalecer sobre as medidas de proteção individual. Os trabalhadores deverão usar EPI, de acordo com a legislação e normas em vigor. Este equipamento deverá ser o adequado para os vários trabalhos e tarefas a realizar, previstos neste fornecimento.

Cláusula 22.ª: Destino Final dos Resíduos

1. Todos os resíduos resultantes da prestação de serviços deverão ser de imediato removidos da via pública, devendo o Adjudicatário efetuar a separação de resíduos que possam ser encaminhados para reciclagem. A Câmara Municipal de Ourém recebe resíduos verdes/biodegradáveis gratuitamente no Ecocentro de Fátima.
2. Os resíduos verdes/biodegradáveis gerados no âmbito de presente caderno de encargos devem ser contabilizados, uma vez que contam para as metas obrigatórias do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (2030), que a entidade adjudicante tem de alcançar.

3. A informação sobre o peso destes resíduos verdes/biodegradáveis deve constar do relatório a entregar mensalmente.

Cláusula 23.ª: Abastecimento de Água para a Prestação dos Serviços

1. O fornecimento de água e o controle dos contadores será por conta do M.O.
2. Sempre que se detetem situações de consumos excessivos o M.O., dará conta dos mesmos ao adjudicatário que prestará os devidos esclarecimentos e tomará as medidas necessárias para normalizar a situação.
3. O Adjudicatário deve, ainda, promover a correta gestão dos recursos hídricos decorrente das operações de rega, bem como após um mês do início dos trabalhos de manutenção, deve fornecer os tempos de rega por setor e por zona verde a manter, assim como informar a fiscalização, sempre que houver alterações.

SECÇÃO II - Características dos Espaços Objeto do Contrato

Cláusula 24.ª: Lote 1 - Cidade de Ourém e Outros Locais

1. Os espaços verdes e jardins objeto do lote 1, localizam-se principalmente na cidade de Ourém, bem como noutros locais, de acordo com as plantas apresentada no Anexo VI. Têm uma área de 114 680,94 m², com as seguintes características, relativamente à composição dos canteiros (Ver Anexo II – Tabela 3).
 - a. Relva: 42 272,05 m²;
 - b. Inertes m2: 13 019,61 m²;
 - c. Prado / Talude: 45 654,20 m²;
 - d. Outros (sebe e s/ cobertura) m2: 13 735,08 m².
2. A adjudicatário é também responsável pela manutenção e a conservação do sistema de rega, bem como das flores e espécies arbustivas/ herbáceas, estando referidas na Tabela 4, do Anexo II, as características de cada sistema de rega por jardim, bem como a composição em termos de plantas.
3. As árvores de arruamento que necessitam de manutenção e de poda localizam-se nos arruamentos elencados na tabela 5, do Anexo II.
4. O contrato prevê ainda a plantação de várias árvores, arbusto, herbáceas e flores de estação, de acordo com a tabela 6, do Anexo II.
5. O Adjudicatário pode apresentar melhorias para os espaços verdes, apresentado um projeto de alteração, desde que estas melhorias visem a melhoria da funcionalidade do espaço, a poupança de água entre

outros, este projeto deverá ser apresentado nas reuniões mensais com a fiscalização, que depois de avaliado pelos técnicos, será colocado à consideração do Município de Ourém, para a sua execução. As melhorias a efetuar nos espaços serão a cargo do M.O.

6. Se durante a execução do contrato, se verificar que algumas áreas incluídas no objeto da prestação de serviços deixam de existir ou são reconvertidas para outros usos, o Município de Ourém poderá incluir:
 - a. no objeto da prestação de serviços incluir outras áreas que perfaçam a mesma área e que sejam da mesma tipologia;
 - b. deduzir da prestação mensal o valor afeto ao espaço, desde que observados os limites impostos pelo artigo 313º do Código Contratos Públicos (CCP). A dedução será efetuada de acordo o custo apresentado no orçamento a apresentar pelo adjudicatário, tendo em consideração o mapa de quantidade de trabalhos, que consta do Anexo VII, Tabela 14.

Cláusula 25.ª: Lote 2 - Cidade de Fátima e Outros Locais

1. Os espaços verdes e jardins objeto do lote 2, localizam-se principalmente na cidade de Fátima, bem como noutros locais, de acordo com as plantas apresentada no Anexo VII e têm uma área de 39 113,86,94 m², com as seguintes características, relativamente à composição dos canteiros (Ver Anexo III – Tabela 7):
 - a. Relva: 15 412,93 m²;
 - b. Inertes m2: 2 935,52 m²;
 - c. Prado / Talude: 7 520,42 m²;
 - d. Outros (sebe e s/ cobertura) m2: 13 244,99 m².
2. A adjudicatário é também responsável pela manutenção e a conservação do sistema de rega, bem como das flores e espécies arbustivas/ herbáceas, estando referidas na Tabela 8, do Anexo III, as características de cada sistema de rega por jardim, bem como a composição em termos de plantas.
3. As árvores de arruamento que necessitam de manutenção e de poda localizam-se nos arruamentos elencados na tabela 9, do Anexo III.
4. O contrato prevê ainda a plantação de várias árvores, arbusto, herbáceas e flores de estação, de acordo com a tabela 10, do Anexo III.
5. O Adjudicatário pode apresentar melhorias para os espaços verdes, apresentado um projeto de alteração, desde que estas melhorias visem a melhoria da funcionalidade do espaço, a poupança de água entre outros, este projeto deverá ser apresentado nas reuniões mensais com a fiscalização, que depois de avaliado pelos técnicos, será colocado à consideração do Município de Ourém, para a sua execução. As melhorias a efetuar nos espaços serão a cargo do M.O.

6. Se durante a execução do contrato, se verificar que algumas áreas incluídas no objeto da prestação de serviços deixam de existir ou são reconvertidas para outros usos, o Município de Ourém poderá incluir:
 - a. no objeto da prestação de serviços incluir outras áreas que perfaçam a mesma área e que sejam da mesma tipologia;
 - b. deduzir da prestação mensal o valor afeto ao espaço, desde que observados os limites impostos pelo artigo 313º do Código Contratos Públicos (CCP). A dedução será efetuada de acordo o custo apresentado no orçamento a apresentar pelo adjudicatário, tendo em consideração o mapa de quantidade de trabalhos, que consta do Anexo VII, Tabela 15.

Cláusula 26.ª: Lote 3 – Podas nas Freguesias

1. As árvores objeto do lote 3, localizam-se em várias freguesias, tendo as quantidades indicadas na tabela 11 do Anexo IV.

CAPÍTULO VII – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS RELATIVAS AO CUMPRIMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

SECÇÃO III - Regras Gerais para a Manutenção dos Jardins e Espaços Verdes

Cláusula 27.ª: Operações a Realizar e Sua Periodicidade

1. Para a correta execução do serviço, as operações a realizar devem ser efetuadas, tendo com base de orientação a tabela apresentada no Anexo V – Tabela 12, conjugando com as restantes regras estabelecidas no presente caderno de encargos e as condições climatéricas.
2. Todas as operações mencionadas e periodicidade são suscetíveis de sofrer alterações de calendarização, mediante as condições atmosféricas/meteorológicas verificadas no decorrer da prestação do contrato.

Cláusula 28.ª: Limpeza Geral

3. Todas as áreas integradas nesta manutenção terão de apresentar constantemente um aspeto geral limpo, sem acumulações de lixo ou detritos (papéis, latas, cartões, folhas velhas, dejetos de animais, etc.).
4. Na remoção destes detritos o adjudicatário poderá utilizar os meios que desejar, manuais ou mecânicos, desde que efetue os trabalhos com a frequência necessária.

5. A limpeza poderá ser realizada em coordenação com a empresa de prestação de serviços de limpeza urbana, desde que devidamente articulada com a fiscalização da prestação de serviços.

Cláusula 29.ª: Pavimentos

1. Ficará a cargo do adjudicatário a eliminação de ervas daninhas que surgirem nas áreas pavimentadas, assim como em muros, lancis e noutros locais relacionados com peças de construção civil na área afeta à manutenção.
2. A eliminação destas será efetuada mecânica ou quimicamente de acordo com a conveniência do adjudicatário.
3. Todos os cuidados na sua aplicação deverão ser seguidos nomeadamente no que diz respeito a dosagem, época de aplicação, estado do tempo, modo de aplicação, etc. As zonas ajardinadas não deverão sofrer por erros na aplicação de herbicidas.

Cláusula 30.ª: Mobiliário de Jardim

1. Considera-se mobiliário de jardim os bancos, papeleiras, pilaretes, bebedouros, floreiras, vedações, equipamento desportivo inseridos nas áreas as manter.
2. Será da competência do adjudicatário a verificação de danos ou quebras de peças de mobiliário, as quais deverão ser assinaladas e reportadas à fiscalização, de forma que esta proceda à sua reparação.

Cláusula 31.ª: Outras Normas Gerais

1. O adjudicatário não pode sob forma alguma, usar a área de intervenção, como zona de viveiro ou de multiplicação de plantas, donde se infere que não poderá haver transporte de material vegetal proveniente da área de intervenção, para fora desta.
2. Todas as plantas consideradas excedentárias deverão ser entregues nos viveiros municipais.
3. Não é permitida a colocação de sinais ou de propaganda nas zonas verdes.
4. O adjudicatário deverá velar para que esta exigência seja cumprida, e, em caso de infração deverá comunicar imediatamente este facto à fiscalização.
5. O ponto relativo a retanchas, ou seja, à reposição a cargo do adjudicatário de todas as plantas danificadas e mortas no decurso de uma deficiente manutenção, passa a entrar em vigor a partir do momento em que as lacunas existentes nos espaços verdes, à data deste contrato, estejam preenchidas.

SECÇÃO IV - Natureza e Características dos Materiais a Utilizar

Cláusula 32.ª: Material Vegetal – Plantas

1. As plantas a fornecer serão exemplares, bem conformados, de plumagem, com flecha intacta e raízes bem desenvolvidas, fitopatologicamente sãos, ramificados desde o colo e devem possuir desenvolvimento compatível com a espécie a que pertencem.
2. As plantas de folha caduca a fornecer em raiz nua deverão ter o sistema radicular bem desenvolvido e com cabelame abundante.
3. As plantas de folha persistente deverão ser fornecidas em torrão suficientemente consistente para não se desfazer facilmente.
4. As árvores serão de plumagem, com flecha intacta e vigorosa. O caule deve ser bem direito desde o início e as raízes bem desenvolvidas, estendidas e não espiraladas, sem sintomas de asfixia ou enrolamento das raízes.
5. A altura da árvore medida em metros deverá ter uma relação com o P.A.P. (perímetro do tronco da árvore a um metro do solo).
6. Em qualquer dos casos deve ser garantida a inexistência de problemas fitossanitários, sempre que possível confirmada através dos certificados fitossanitários emitidos pelos viveiros.

Cláusula 33.ª: Material Vegetal – Sementes

1. As sementes a utilizar nas ressementeiras serão das espécies indicadas no plano de sementeira do projeto da área de intervenção em causa.
2. Esta informação será prestada pela fiscalização, sempre que necessário. Apresentarão obrigatoriamente o grau de pureza e o poder germinativo exigido por lei.
3. As sementes serão provenientes da colheita, sobre cuja data não tenha decorrido mais de 10 meses.

Cláusula 34.ª: Material Vegetal – Tapetes de Relva

1. Serão produzidos em terrenos arenosos com boa drenagem, utilizando uma mistura de sementes certificadas com a seguinte composição: 80% Festuca arundinacea + 20% Poa pratensis.
2. Poderão ser utilizadas outras misturas, previstas em projeto ou mediante autorização da Câmara Municipal de Ourém, por despacho do Vereador do Pelouro do Ambiente ou membro do executivo que o substitua.

Cláusula 35.ª: Tutores

1. Os tutores serão formados por varolas de pinho ou eucalipto, devidamente tratados por emersão em solução de sulfato de cobre a 5% durante pelo menos 2 horas e terão a dimensão necessária para acompanhar e proteger a árvore ou arbusto que estiverem a suportar.
2. Deverão ser atados com material adequado previsto neste C.E., com um número mínimo de atilhos nas árvores de duas unidades. Regra geral a altura das varas deverá ser de 2,5m a 3,0m de comprimento e 6,0/8,0cm de diâmetro.
3. Os tutores devem ter uma superfície regular e de diâmetro uniforme, devem igualmente ter tratamento anti-fúngico. As varas devem ser enterradas 1,0 m no solo ficando 1,5 m desde o colo da árvore ao ponto de amarração.

Cláusula 36.ª: Terra Vegetal

1. A terra a usar em reparações de zonas verdes, retanchas e ressementeiras, deve ser proveniente da camada superficial de terrenos de mata ou da camada arável de terrenos agrícolas sem infestantes.
2. Deverá apresentar as seguintes características mínimas:
 - a) Textura franca (10 a 30% de argila, 25 a 50% de areia e 30 a 50% de limo);
 - b) Isenta de pedras, torrões, raízes e de materiais estranhos provenientes da incorporação de lixos;
 - c) Ph entre 5,0 e 7,0;
 - d) 3,0 a 5,0% de Matéria orgânica.
3. A camada a colocar deve possuir uma espessura mínima de 0,15m, ou segundo indicações da fiscalização.

Cláusula 37.ª: Outros

1. As cintas para ligação e fixação das árvores aos tutores deverão ser fitas próprias de ráfia ou sisal com 8 a 10 cm de largura. Sempre que as condições assim o exijam deverão ser usados atilhos mais resistentes em borracha elástica flexível com fivela e proteção na zona de contacto com a árvore, do tipo ELASTOS da TOLTEX.
2. Os fertilizantes e corretivos a usar deverão ser os mais adequados para os locais a manter, sendo que devem ser previamente aprovados pela fiscalização.
3. Os produtos fitossanitários, a utilizar no tratamento de doenças/pragas nos vários espaços afetos à prestação de serviços, deverão ser os mais adequados do mercado e sempre aprovados pela fiscalização.

SECÇÃO V - Fornecimento dos Materiais a Utilizar

Cláusula 38.ª: Árvores, arbustos, herbáceas e flores de época previstas no Mapa de Trabalhos

1. O fornecimento de plantas é da responsabilidade do Adjudicatário, de acordo com a listagem apresentada nas tabelas 6 e 10, para o período da vigência do contrato.
2. As plantas constantes das tabelas 6 e 10, do presente C.E., deverão ser plantadas no prazo de 15 dias, após a comunicação da entidade adjudicante ou seu representante, e só serão pagas após a verificação da sua plantação.

Cláusula 39.ª: Material Vegetal para Retanchas

3. O fornecimento de material vegetal para retanchas e substituições cuja morte ou dano tenha por origem uma deficiente manutenção, ou seja, sejam inerentes à manutenção serão integralmente da responsabilidade do adjudicatário com as mesmas características das espécies existentes.
4. Caso se verifique que o material vegetal foi danificado por terceiros (atos de vandalismo, etc.), ficará da responsabilidade do M.O. o fornecimento das espécies ao adjudicatário para efetuar a sua reposição.
5. No início da prestação de serviços, o Adjudicatário dever efetuar um levantamento das lacunas a preencher, devendo o M.O. proceder à entrega das plantas necessárias para que o Adjudicatário execute o trabalho de plantação. Após esta data o fornecimento de plantas para trabalhos de retanchas seguirá as normas estipuladas anteriormente.
6. Compete ainda ao Adjudicatário no âmbito da execução do C.E., o fornecimento de terra vegetal, sementes, tapetes de relva, casca de pinheiro e inertes.
7. Sempre que a manutenção exija o levantamento do material vegetal herbáceo vivaz, total ou parcial, deverá o material excedentário ser entregue ao estaleiro municipal.

Cláusula 40.ª: Fertilizantes, corretivos e Produtos Fitossanitários

1. Compete ao adjudicatário o fornecimento de fertilizantes, produtos fitossanitários, herbicidas, com as características técnicas mais adequadas aos locais a manter.
2. Poderá a fiscalização, exigir ao adjudicatário prova de autenticidade dos mesmos e de quantidades aplicadas, nomeadamente pela apresentação de guias de remessa, ou outra forma que se julgue apropriada.

Cláusula 41.ª: Outros

Faz parte integrante da presente prestação de serviços o fornecimento de tutores e atilhos necessários à adequada manutenção do suporte mecânico das árvores e arbustos.

SECÇÃO VI - Regras para a Manutenção e Conservação de Relvados e Prados Regados

Cláusula 42.ª: Rega dos Relvados e Prados Regados

1. A rega é uma operação que deve ser efetuada no caso do relvado e prado de regadio, sempre que as condições hídricas do solo o exigirem, qualquer que seja a época do ano.
2. A periodicidade e intensidade da rega devem ser aquelas que o bom estado do relvado exigir e segundo as indicações da fiscalização.
3. O período do dia mais indicado para a rega é o princípio da manhã. No caso de sistemas automáticos a programação deverá prever regas noturnas.
4. Se a rega for efetuada manualmente com mangueira deve ser utilizado um espalhador tipo chuveiro, de modo a que o diâmetro da gota não danifique o relvado ou altere a superfície do solo.
5. Quando for efetuada uma sementeira, a rega imediata dever-se-á fazer com as devidas precauções, de modo a evitar arrastamentos de terras ou de sementes.
6. As regas seguintes deverão ser feitas com a frequência e a intensidade necessárias para manter o solo húmido.
7. Após o estabelecimento do relvado/prado de regadio, as regas deverão ter uma periodicidade e intensidade adequadas ao bom estado de conservação do mesmo.

Cláusula 43.ª: Corte dos Relvados e Prados Regados

1. A relva deverá apresentar uma altura homogénea de 3 a 5 cm, nunca superior a 7 cm, e terá uma cor uniforme sem manchas amareladas.
2. O prado deverá apresentar uma altura homogénea de 3 a 5 cm, nunca superior a 7 cm, e terá uma cor uniforme sem manchas amareladas.
3. A frequência do corte depende sobretudo das condições climatéricas, da frequência de rega e de fertilização.
4. No Verão os cortes deverão ser mais frequentes, tendo em consideração o referido no ponto 1 anterior.
5. As máquinas a utilizar devem ser adequadas às características de cada relvado ou prado.
6. As roçadoras de mato com fio só devem ser utilizadas para os acabamentos dos bordos ou em locais onde não seja viável a utilização de outro tipo de máquina.

7. Em parcelas cuja dimensão não permita o corte de relva ou prado com as máquinas adequadas (rotativas ou helicoidais), ou em relvados/prados instalados em taludes, os cortes serão feitos com roçadoras, com ferramenta de corte adequada.
8. O aumento da frequência dos cortes no caso da relva, elimina grande parte das infestantes e reduz o efeito das diferenças de coloração nos relvados, cuja causa principal é o grande número de infestantes.

Cláusula 44.ª: Corte dos Rebordos

Nos limites das áreas de relvado ou prado regado e com o objetivo de que estes não invadam os caminhos, lancis ou canteiros, realizar-se-á pelo menos três vezes por ano o corte dos bordos por intermédio de uma pá francesa ou outro equipamento, arrancando a relva em excesso até às raízes.

Cláusula 45.ª: Medidas Cautelares para a Proteção do Colo de Arbustos e Árvores jovens no corte dos Relvados e Prados Regados

1. Nos locais em que existam árvores plantadas no relvado devem ser feitas sempre que possível, caldeiras com limites afastados 0,20 m do colo da árvore e o corte dos rebordos deve ter tratamento igual ao descrito anteriormente.
2. Sempre que necessário o colo das árvores ou arbustos deve ser protegido do corte por tubos de plástico ou tubos de rede plástica. Esta determinação torna-se mais importante no caso de árvores e arbustos jovens.

Cláusula 46.ª: Mondas em Relvados e Prados Regados

1. A monda ou limpeza de infestantes serão feitas no caso do relvado, devendo efetuar-se sempre que estas se tornem visíveis à superfície.
2. Não é permitida a existência de ervas daninhas numa percentagem superior a 10%/m².
3. As peladas resultantes deverão ser ressemeadas de acordo com o artigo 1.7 relativo às ressementeiras e no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da notificação da fiscalização, conforme referido neste artigo.
4. Nos relvados implantados há mais de um ano, a monda poderá ser feita com herbicidas seletivos, sempre que estes garantam a sobrevivência das espécies semeadas e desde que essa aplicação seja aprovada pela fiscalização.

Cláusula 47.ª: Escarificação em Relvados e Prados Regados

1. Sempre que se verifique que se forma superficialmente uma camada tipo feltro com mais de 1,0cm de espessura que dificulte a circulação de ar e água, esta deverá ser rasgada de modo a permitir o normal desenvolvimento das raízes.
2. De igual modo, em profundidade pode criar-se uma camada compacta de solo, que também deverá ser destruída.

3. Deste modo deverão ser efetuadas escarificações no relvado que deverão ser executadas pelo menos uma vez por ano, depois do Inverno ou após o Verão, ou sempre que a fiscalização der indicações nesse sentido.
4. O corte vertical ou verticut deverá ser feito em alternado com a operação descrita anteriormente, sendo as duas efetuadas pelo menos uma vez por ano.

Cláusula 48.ª: Ressementeira em Relvados e Prados Regados

1. Nas zonas do relvado ou prado que por má sementeira ou por desgaste posterior se apresentem “carecas”, deverá realizar-se uma ressementeira, com as mesmas misturas de semente utilizadas aquando da 1.ª sementeira ou de acordo com as indicações da fiscalização, tendo em atenção todos cuidados prévios ao rápido restabelecimento do relvado ou prado.
2. Em zonas onde o estabelecimento de sementeiras seja difícil, poderá a fiscalização requerer a colocação de relva em tapete. Se for utilizada a relva em tapete, deve estar assegurada a inexistência de problemas fitossanitários.
3. Todos os trabalhos de ressementeira dos relvados ou prados devem efetuar-se em condições climáticas frescas ou húmidas naturais (Primavera e Outono) ou artificiais (rega), para que o relvado ou prado possa recuperar/estabelecer-se rapidamente.
4. Para a reparação do dano provocado no relvado ou prado, remover-se-á o mais pequeno quadrado de relva ou prado onde se inclua a porção afetada. Em seguida, deverá remexer-se bem a superfície do solo com uma forquilha, fertilizar o mesmo e adicionar uma porção de terra viva de modo a repor o nível do terreno após compactação, e em seguida efetuar a sementeira. Depois do espalhamento das sementes manual ou mecanicamente, segue-se o enterramento das mesmas, que pode ser feito picando a superfície do terreno com ancinho, seguido de rolagem com um rolo normal. Deve sempre atender-se ao grau de humidade em excesso.
5. Após a cobertura das sementes, terá lugar a primeira rega, devendo a água ser bem pulverizada e distribuída com cuidado e regularidade. O lote de sementes a utilizar, de acordo com o respetivo plano de sementeira, ou na ausência deste, segundo a mistura indicada pela fiscalização, deverá ser semeado com a densidade igual a 50 gr/m², ou segundo indicação da fiscalização.
6. Não serão admitidas peladas numa percentagem superior a 5% por 1 m², ou seja, peladas com área superior a um quadrado com 0,25m de lado.
7. Todas as peladas existentes no relvado ou prado deverão ser semeadas num prazo máximo de 8 (oito) dias após notificação da fiscalização, mesmo que resultem de obras nas canalizações ou de uso incontrolado dos mesmos (sobre pisoteio).
8. Estas ressementeiras deverão ocorrer logo a seguir ao corte da relva ou do prado.

Cláusula 49.ª: Tratamentos fitossanitários em Relvados e Prados Regados

1. Os tratamentos fitossanitários deverão ser efetuados de forma a cumprir a Lei nº26/2013, de 11 de abril, na sua redação atual:
 - a. O exercício da atividade de prestação de serviços de aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos, é autorizado às empresas que comprovem dispor de instalações que cumpram o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 5.º, bem como equipamentos apropriados à aplicação daqueles produtos, pelo menos um técnico responsável habilitado nos termos do artigo 7.º e aplicadores habilitados, esta habilitação é reconhecida com a emissão, pelas Direções Regionais de Agricultura e Pescas, dos cartões de identificação personalizados, vulgo Cartões de Aplicador;
 - b. A aplicação de produtos fitofarmacêuticos em zonas urbanas, zonas de lazer e vias de comunicação devem cumprir as restrições referidas na lei nomeadamente só podem ser aplicados produtos fitofarmacêuticos autorizados e realizadas aplicações de produtos fitofarmacêuticos que obedeçam ao disposto no n.º 1 do artigo 15.º e nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 16.º.
2. O Adjudicatário deve utilizar os produtos mais adequados do mercado e desde que aprovados pela fiscalização.
3. Em todas as aplicações de produtos fitossanitários devem ser registadas: data de aplicação, produto aplicado, dose e concentração da aplicação, bem como os produtos fitofarmacêuticos utilizados que devem cumprir a legislação, nomeadamente é proibida a aplicação de produtos fitofarmacêuticos classificados como «Muito tóxicos» (T+), «Tóxicos» (T), «Sensibilizantes» (Xi) ou «Corrosivos» (C), em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de abril, alterado pelo Decreto –Lei n.º 63/2008, de 2 de abril.
4. Só devem ser utilizados produtos fitofarmacêuticos quando não existam outras alternativas viáveis, nomeadamente meios de combate mecânicos e biológicos.
5. Deve-se dar preferência:
 - a. aos produtos fitofarmacêuticos que não contenham substâncias ativas incluídas na lista de substâncias perigosas prioritárias, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 103/2010, de 24 de setembro;
 - b. aos produtos fitofarmacêuticos de baixo risco ou que apresentem menor perigosidade toxicológica, ecotoxicológica e ambiental e que não exijam medidas adicionais particulares de redução do risco para o homem ou para o ambiente;
 - c. à utilização de equipamentos e dispositivos de aplicação ou técnicas de aplicação que minimizem o arrastamento da calda dos produtos fitofarmacêuticos a aplicar;
6. Deve ser dada particular atenção à localização dos coletores de águas pluviais ou residuais, interrompendo a aplicação do produto na área circundante de modo a evitar a entrada de calda nos coletores.

7. Deve ser assegurado que são previamente afixados, de forma bem visível, junto da área a tratar, avisos que indiquem com clareza o tratamento a realizar, a data a partir da qual se permite o acesso ao local tratado, estabelecida de acordo com o intervalo de reentrada que, caso não exista indicação no rótulo, deve ser pelo menos de 24 horas, bem como a identificação da entidade responsável pelo tratamento.
8. A fiscalização deve ser informada por escrito dos procedimentos a tomar, no que diz respeito ao número anterior.

Cláusula 50.ª: Fertilização em Relvados e Prados Regados

1. Todos os anos serão efetuadas duas adubações com adubo composto mais adequado e na quantidade mais indicada, uma no início da Primavera (março) e outra no início do Outono (outubro).
2. A seguir à primeira adubação far-se-ão outras adubações de cobertura sempre que necessário.
3. Todas as aplicações de fertilizantes serão planeadas com antecedência e aprovadas pela fiscalização, podendo esta apresentar soluções alternativas com custos semelhantes.

SECÇÃO VII - Regras para a Manutenção e Conservação de Prados de Sequeiro/Limpeza e Desmatação de Matos

Cláusula 51.ª: Conservação de Prados de Sequeiro

1. A altura de corte do prado deverá ser de 8 cm e nunca superior a 10 cm.
2. O corte deverá ser feito mecanicamente utilizando maquinaria adequada, nomeadamente roçadoras de mato com fio, aptas também para o acabamento de bordos e cantos e para trabalhos em taludes.
3. Em zonas planas, sempre que a dimensão do prado se justifique e sempre que autorizado pela fiscalização poderá ser utilizada uma gadanheira acoplada ao 3.º ponto de um trator de pequena dimensão.
4. O prado de sequeiro, dada a ausência de rega, funciona no nosso clima em grande parte dos casos como um prado anual, onde grande parte das plantas definha na altura do estio regenerando-se no Outono através da germinação das sementes produzidas.
5. Os cortes a efetuar nos prados de sequeiros deverão assegurar e fomentar esta regeneração. Deste modo e salvo outras indicações da fiscalização far-se-ão dois cortes anuais nas seguintes épocas:
 - No Verão após a frutificação;
 - No final do Outono/início do Inverno favorecendo a rebentação e o afilhamento.
6. Fica, no entanto, estabelecido que devido ao elevado crescimento vegetativo ou outro, a fiscalização pode em qualquer altura ordenar ao adjudicatário a execução de mais cortes além dos anteriormente descritos.

7. Nos locais em que existam árvores plantadas no prado, devem ser feitas caldeiras com limites afastados 0,20 m do colo da árvore, de modo a que não haja necessidade de efetuar cortes junto ao colo e em consequência provocar danos e lesões nas plantas.
8. No caso de arbustos jovens localizados na área do prado, deve ser efetuada uma pequena caldeira de proteção sempre que possível, de modo a assinalar e dar visibilidade aos exemplares, e bem assim a protegê-los de eventuais cortes e danos provocados pelas roçadoras. Esta proteção ao corte deverá ser feita também com a ajuda de tubos ou redes plásticas.

Cláusula 52.ª: Limpeza e Desmatação de Matos

1. A limpeza e desmatação deverá ser executada em duas fases e a ser efetuada duas vezes ao ano. Na primeira deverá efetuar-se uma limpeza de mato, com a retirada de silvas, árvores ou ramos caídos ou secos, ou o cortar das canas existentes, precedidos de uma avaliação para a seleção dos exemplares a manter conjuntamente entre o adjudicatário e a fiscalização.
2. A retirada de árvores deverá ser feita pela raiz, sendo aproveitadas as que estejam bem localizadas e em boas condições sanitárias para o aproveitamento do espaço, devendo nestas fazer-se apenas uma poda adequada, de acordo com a indicação da entidade fiscalizadora.
3. Os arbustos de pequeno porte e o mato rasteiro deverão ser cortados com recurso aos corta-matos acoplados a tratores de rastros, ou apenas pontualmente através de moto-roçadoras.
4. Em todas as intervenções, numa segunda fase dos trabalhos deverá ser feita a retirada dos resíduos (folhas, troncos, ervas, canas, silvas, e o material proveniente da limpeza) e levados para um aterro conforme a lei segundo o estabelecido no ponto 4.10 deste capítulo. O material lenhoso nunca poderá ser queimado.

SECÇÃO VIII - Regras para a Conservação de Herbáceas

Cláusula 53.ª: Rega de Herbáceas

1. Os canteiros das herbáceas serão regados regularmente com uma dotação de água suficiente e bem distribuída, de forma a ser mantido o nível hídrico necessário ao bom estado de conservação das plantas.
2. Quando estas plantas não forem normalmente regadas pelo sistema de rega automático instalado deverá proceder-se a uma rega específica à mangueira utilizando um espalhador, tipo chuveiro ou por aspersão efetuada com a periodicidade necessária à manutenção do equilíbrio hídrico das plantas.

Cláusula 54.ª: Sachas e Mondas das Herbáceas

1. As zonas de herbáceas deverão ser periodicamente sachadas e mondadas, sobretudo durante a Primavera e Outono. A operação de monda é feita à mão ou com um sacho e consiste na eliminação de toda e qualquer erva daninha, de forma a evitar a concorrência com as plantas cultivadas.
2. Não será permitida a existência de infestantes numa percentagem superior a 5% da área em causa.

Cláusula 55.ª: Retanchas das Herbáceas

1. Toda a mão-de-obra de substituição de herbáceas perenes é da responsabilidade do adjudicatário.
2. No caso em que haja substituição da espécie existente, por indicação da fiscalização, as plantas para a primeira substituição serão fornecidas pelo adjudicante competindo ao adjudicatário manter as posteriores substituições.
3. Sempre que parte ou todo o canteiro morra ou apresente um aspeto degradado dever-se-á de imediato proceder à substituição das plantas por outras da mesma espécie, de modo a que não exista qualquer tipo de lacunas nas zonas ajardinadas, sendo o fornecimento das plantas da responsabilidade do Adjudicatário.
4. Antes da reposição das herbáceas deverá ter lugar uma mobilização superficial do terreno, caso este se encontre muito compacto, e uma ancinhagem para a retirada de torrões e pequenas pedras e regularização do terreno.
5. As plantas deverão ser dispostas em compasso de plantação triangular regular, com espaçamento e profundidade de plantação de acordo com as espécies a empregar. Terminada a operação seguir-se-á a primeira rega com distribuição de água bem pulverizada e distribuída.
6. Quando o terreno se apresentar seco e sobretudo quente, dever-se-á fazer uma rega antes da plantação e esperar o tempo suficiente para que o terreno esteja com boa sazão.
7. Pode a fiscalização determinar a necessidade de levantar manchas inteiras de herbáceas e proceder de novo à sua instalação, efetuando a mobilização e regularização do terreno, adubação e plantação segundo os preceitos anteriormente descritos para a sua plantação, para aumentar o vigor das mesmas.
8. Este procedimento será eventual, e terá uma frequência nunca superior a uma vez por ano, para cada mancha, e a sua ocorrência será determinada pela fiscalização em função do estado vegetativo das manchas de herbáceas.
9. Sempre que a fiscalização assim o determine, deve o adjudicatário proceder ao seu levantamento e replantação.

10. Dependendo da natureza das herbáceas, poderá ser necessário aparar e condicionar crescimento desmesurado, ou intensificar a floração daquelas. Sempre que tal se verificar, deve o adjudicatário informar a fiscalização das suas intenções.

Cláusula 56.ª: Fertilizações das Herbáceas

1. Far-se-ão pelo menos 2 (duas) adubações de cobertura com adubo composto mais adequado a terem lugar no início da Primavera e do Outono.
2. Após a monda e sacha do terreno, a incorporação do adubo far-se-á por distribuição superficial com rega imediatamente posterior ou por distribuição direta junto à terra, entre os pés do material vegetal.
3. Nas plantas vivazes com compassos que permitam a intervenção dentro dos canteiros, poderá ser feita uma fertilização orgânica com estrume ou terço, em simultâneo com as operações de sacha.

SECÇÃO IX - Manutenção e Conservação de Árvores e Arbustos

Cláusula 57.ª: Rega de Árvores e Arbustos

1. Quando existam árvores, arbustos que não sejam normalmente regados pelo sistema de rega instalado, ou no caso de a área não possuir sistema de rega, dever-se-á proceder a uma rega específica destas plantas, nos primeiros anos de instalação (até 5 anos).
2. Esta rega deve ser abundante e efetuada com periodicidade necessária à manutenção do equilíbrio hídrico das plantas. A distribuição de água de rega será feita por aspersão ou com mangueiras.
3. Na prática a rega será efetuada de acordo com o estado do tempo e o grau de humidade do solo.
4. Em caso de eventual penúria de água, deverão efetuar-se regas localizadas em caldeira, na Primavera e Verão, com cerca de 5 dias de intervalo, conforme as necessidades do tempo. A dotação de água deverá ser de aproximadamente 50L/árvore.
5. Nestas situações eventuais, as caldeiras, abertas no começo da Primavera, manter-se-ão cobertas com casca de pinheiro para melhor conservar a humidade.

Cláusula 58.ª: Retanchas de Árvores

1. Sempre que uma árvore morre deve ser imediatamente substituída por um exemplar novo, de modo a que não exista qualquer tipo de lacunas nas zonas ajardinadas.
2. O material vegetal a substituir é fornecido pelo Adjudicatário.

3. De seguida, procede-se ao arranque da planta morta, tendo o cuidado de não deixar resíduos das raízes no terreno, especialmente no caso de morte da árvore ter sido por doença.
4. Caso se justifique dever-se-á aguardar um período de quarentena e proceder a uma desinfeção do local com fito fármaco adequado.
5. Para plantação de uma árvore, abrir-se-á uma cova de 1,0m de profundidade por 1,5m de lado ou diâmetro. O fundo e os lados da cova deverão ser picados até 0,10m para permitir uma melhor aderência da terra de enchimento.
6. Os tutores serão aplicados e cravados no terreno natural, bem fixos e a prumo, numa posição quase central na caldeira, antes do enchimento da cova com a terra fertilizada.
7. Os fertilizantes deverão ser espalhados sobre a terra das covas e depois serão bem misturados com esta quando se efetuar o enchimento das mesmas.
8. O enchimento das covas deverá ter lugar com a terra não encharcada ou muito húmida e far-se-á o calcamento a pé à medida que se procede ao seu enchimento. Depois das covas cheias com a terra fertilizada e devidamente compactada, abrem-se pequenas covas de plantação, à medida do torrão ou do sistema radicular, no caso de plantação em raiz nua, centrais relativamente à caldeira.
9. Seguir-se-á a plantação propriamente dita, havendo o cuidado de deixar a parte superior do torrão ou o colo das plantas, quando estas são de raiz nua, à superfície do terreno, para evitar problemas de asfixia radicular.
10. Após a plantação, deverá abrir-se uma pequena caldeira para a primeira rega que deverá fazer-se de imediato, para melhor compactação e aderência à raiz da planta.
11. Depois da primeira rega e sempre que o desenvolvimento da planta o justifique, deverão aplicar-se tutores, tendo o cuidado aplicar os atilhos corretamente, de forma a evitar ferimentos nas plantas.

Cláusula 59.ª: Conservação de Arbustos

1. Sempre que um arbusto morre, deve ser imediatamente substituída por um exemplar novo, de modo a que não exista qualquer tipo de lacunas nas zonas ajardinadas.
2. O material vegetal a substituir é fornecido pelo Adjudicatário.
3. Após o arranque do arbusto e respeitadas as necessárias medidas cautelares proceder-se-á à abertura de uma cova proporcional às dimensões do torrão ou do sistema radicular, (mas com um mínimo de 0,40 m de profundidade e 0,40m de largura ou diâmetro), seguindo-se todos os cuidados indicados para a plantação das árvores, no que respeita à fertilização, profundidade de plantação, primeira rega e tutoragem.

Cláusula 60.ª: Tratamento Fitossanitários

1. Serão realizados com a oportunidade necessária os tratamentos preventivos de pragas e doenças, mais frequentes, privilegiando a luta biológica, mantendo-se uma vigilância contínua de forma a detetar e combater qualquer ataque ou doença, competindo também ao adjudicatário avisar a fiscalização de algum problema anormal.
2. Os tratamentos fitossanitários não devem ser efetuados sem concordância prévia da fiscalização.
3. No que diz respeito aos arbustos, far-se-ão duas adubações de cobertura com adubo composto mais adequado a ter lugar no início da Primavera e do Outono. Após a monda e sacha do terreno a incorporação do adubo far-se-á por distribuição superficial com rega imediatamente posterior ou por distribuição direta junto à terra, entre os pés do material vegetal. Esta operação deverá ser considerada por um período de 5 anos após a plantação. Em zonas muito secas e pobres em matéria orgânica, e sempre que a fiscalização o determinar far-se-á uma adubação orgânica em fevereiro/março (um mês a mês e meio antes, da fertilização química) com composto orgânico à razão de 1Kg/m², que será incorporado no terreno por cova.
4. Relativamente às sebes consideram-se duas adubações foliares anuais. Serão feitas outras adubações julgadas necessárias, face ao aparecimento de deficiências nas plantas. Todas as aplicações só serão feitas após a aprovação do serviço de fiscalização competente.

Cláusula 61.ª: Corte de Sebes

1. As sebes serão cortadas sempre que necessário de modo a adquirirem o porte e a forma desejada.
2. Efetuar-se-ão, por métodos mecânicos ou manuais de acordo com o tipo de sebe e o seu desenvolvimento, tendo o cuidado de após o corte, a sebe não apresentar ramos “mastigados”, mas sim um corte uniforme.
3. Ter-se-á atenção especial às podas de formação em sebes recém-plantadas.

SECÇÃO X - Regras para a Execução de Podas**Cláusula 62.ª: Recomendações Gerais**

4. As podas de árvores devem ser executadas, tendo em consideração o estipulado nos artigos 20.º, 21.º e 24.º do Regime Jurídico do Arvoredo Urbano, Lei n.º 59/2021, de 18 de agosto.
5. Todos os anos devem ser realizadas podas de formação essenciais para a boa estruturação das árvores mais jovens e para a adequação precoce das mesmas aos condicionantes do ambiente urbano. Também devem ser realizadas as podas de manutenção das árvores adultas, no âmbito da gestão tradicional do

arvoredo em questão, para beneficiar a árvore ou para evitar constrangimentos/segurança de pessoas e bens.

6. Não é permitido proceder a podas de talhadia de cabeça ou rolagem, excluindo-se casos pontuais e justificados, mediante despacho de autorização do Vereador do Pelouro do Ambiente, ou membro do executivo que o substitua.

Cláusula 63.ª: Regras Gerais

1. Na poda de árvores deve ter-se em conta o seguinte:
 - a. Que as árvores resinosas de folha persistente só se devem podar nas pontas dos ramos ou, em casos excecionais, suprimir ramos muito jovens;
 - b. Deverá evitar-se o corte de ramos muito grossos;
 - c. No geral, as árvores e arbustos deverão ser podados no Outono/Inverno. Em determinados casos deverá ser efetuada na época mais indicada;
 - d. Os arbustos de folhagem ornamental podam-se no Outono;
 - e. O corte deverá ser tecnicamente correto.
 - f. Todos os ramos secos e mortos deverão ser eliminados durante as operações de poda;
 - g. O coberto que se desenvolve sob revestimento arbóreo, tipo bosque, deve ser limpo e eliminado pelo menos duas vezes por ano, no Outono e na Primavera.
2. A melhor época para a poda varia consoante as espécies e o tipo de intervenção a efetuar, assim, dum modo geral, a poda deve ser efetuada fora das alturas de ascensão da seiva. A poda deve realizar-se nos meses de Outono, ou seja, entre outubro e dezembro.
3. Os rebentos ladrões devem ser retirados em julho/agosto. Os pimpolhos, nomeadamente dos choupos e tílias devem ser retirados sempre que apareçam, sobretudo se se tornam invasores dos relvados.
4. Os ramos secos devem ser retirados sempre que existam, bem como devem ser retirados sempre que haja qualquer intervenção de poda.
5. Os utensílios de poda devem ser desinfetados após a poda em cada exemplar.
6. O corte deve ser correto para permitir um bom desenvolvimento do calo de cicatrização. Como corte correto entende-se aquele se situa no plano que vai desde a parte externa da ruga do ramo até à parte superior do colo do mesmo (ver figura). O corte não pode ser feito nem muito rente ao tronco (ou ramo-mãe) para não danificar os tecidos do tronco, nem longe demais para não dar origem a um coto de madeira morta. Após o corte os bordos da ferida devem ficar limpos e o mais uniformes possível.

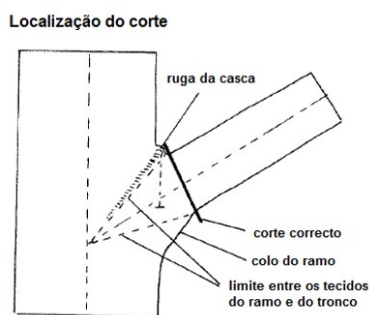


Figura 1: Exemplo de Corte de Ramo

7. Sempre que se façam atarraques ou supressão de forquilhas deve usar-se o mesmo método de corte. Numa situação de atarraque deve-se deixar sempre um tira-seivas para a cicatrização ser mais rápida e eficiente.
8. Quando se eliminam ramos mortos o método de corte também será o mesmo, tendo-se nestes casos o cuidado de não danificar ou eliminar o calo de cicatrização que já se tenha formado. Quando se pretende eliminar um ramo de maior porte, este deve ser seccionado tantas vezes quantas as necessárias até ao plano de corte final, para não ocorrer esgaçamento da casca do tronco.
9. As lenhas resultantes das podas caso interessem ao M.O. deverão ser seccionadas e depositadas em local a indicar pela fiscalização.
10. As restantes lenhas (materiais valorizáveis) serão levadas a depósito no mais curto espaço de tempo e a custo do adjudicatário.

Cláusula 64.^a: Poda de Formação

1. Realiza-se nas árvores jovens e recém plantadas até se conseguir o porte e a forma desejada para a planta adulta e compreende dois tipos de intervenção formação da estrutura principal da árvore e levantamento da copa. Na formação da estrutura pretende-se que a árvore adquira, dentro da forma natural da espécie, uma estrutura equilibrada. Deve-se privilegiar a manutenção da flecha até a árvore atingir uma altura em que a copa tenha a sua forma natural: é importante que o tronco e fuste sejam direitos e sólidos. As forquilhas devem ser eliminadas. O levantamento da copa deve ser efetuado até às seguintes alturas:
 - a. Árvores em jardim ou zonas pedonais a 2,5m;
 - b. A retirada dos ramos baixos para o levantamento da copa não deve exceder 1/3 da altura total da árvore e não devem ser retirados em mais do que 1,5m em altura de cada vez. Esta operação não deve ser efetuada nas espécies cuja forma seja caracteristicamente com revestimento desde a base. A poda de formação será anual ou bienal consoante o crescimento.

Cláusula 65.ª: Poda de Manutenção

1. É feita com o objetivo de proporcionar à planta adulta boas condições que favoreçam a sua sobrevivência das suas qualidades físicas e estéticas.
2. Esta poda compreende três tipos de intervenção: eliminação de ramos mortos, aclaramento e redução de copa. A eliminação de ramos mortos far-se-á sempre que estes surjam dado o perigo que representam para pessoas e bens. O aclaramento consiste na eliminação de ramos na parte interna da copa sem alterar a silhueta e volumetria desta. Tem o objetivo de proporcionar um maior arejamento e penetração dos raios solares na parte interna da copa.
3. Não deve ser retirado, de cada vez, mais do que 20 a 30 % do volume inicial da copa, devendo-se evitar o mais possível retirar ramos da periferia da copa.
4. A redução de copa consiste em reduzir a volumetria da copa sem alterar a sua forma inicial. Deve ser feita à custa de atarraques junto de um tira-seivas de grossura nunca inferior a 2/3 do ramo atarracado. É um tipo de poda que só será feita excecionalmente e por causas bem determinadas.

Cláusula 66.ª: Poda de Rejuvenescimento

1. Realiza-se nas árvores e arbustos que rebentam com facilidade, suprimindo no todo ou em parte a copa da planta (rolamento), com o objetivo de se formar uma nova parte aérea mais vigorosa.
2. Esta operação só pode ocorrer depois do parecer favorável por parte do serviço de fiscalização competente. Em árvores ou arbustos de maior porte, a poda de rejuvenescimento obriga a intervenções anuais durante vários anos, até se obter de novo uma copa equilibrada. Em caso algum será permitido o corte da guia terminal das árvores, assim como não será aceite o corte das ramagens inferiores.
3. O arvoredado deverá manter-se com as suas formas naturais. Anualmente, sob orientação da fiscalização e durante o período de repouso vegetativo, serão suprimidos os ramos que ameacem desequilibrar o normal desenvolvimento da planta, de modo a manter-se a sua silhueta natural.
4. Excetuando a operação anteriormente descrita que dependerá da fiscalização, será proibido qualquer corte do arvoredado, a não ser de ramos secos e restos de ramos secos, ou anteriormente quebrados. Relativamente a arbustos, deverá o adjudicatário executar limpezas de ramos secos ou doentes, e de ramos com crescimento desproporcional com o fim de conduzir o exemplar segundo a sua forma natural, e fazer a manutenção das sebes existentes.
5. Os arbustos de flor, deverão ser podados de acordo com a sua natureza e especificidade, no sentido de produzirem floração mais intensa e vistosa. Nunca sem o consentimento da fiscalização, o adjudicatário tomará iniciativas de condução de arbustos sob uma forma artificial, quer seja para formação de sebes, quer seja para aproximação a formas arbóreas, com risco de incorrer em penalidades.
6. Se o adjudicatário efetuar qualquer poda da qual resulte um aspeto definitivamente mutilado da árvore ou arbusto, deverá replantar um exemplar de idêntica dimensão.

SECÇÃO XI - Regras para a Manutenção e Conservação do Sistema de Rega

Cláusula 67.ª: Regras Gerais

1. A conservação dos sistemas de rega existentes nas áreas afetas à manutenção faz parte integrante desta prestação de serviços, isto é, depois do contador ou torneira de segurança, será mantida pelo adjudicatário.
2. A conservação e fornecimento de todo o sistema de condutas, elementos de distribuição, electroválvulas, válvulas de segurança, manómetros, controladores, etc., ficará a cargo do adjudicatário, sendo que o fornecimento de material de rega para substituição do existente é da responsabilidade do adjudicatário.
3. Considera-se todos os materiais/equipamentos colocados a jusante do sistema de abastecimento de água, tais como, pulverizadores, aspersores, tubo gota-a-gota, solenoides, elementos filtrantes, acessórios associados aos emissores, programadores e peças necessárias para as reparações de roturas ou outras anomalias.
4. O adjudicatário deve instalar sempre material equivalente ao danificado, que deverá, antes da instalação, ser aprovado pela fiscalização.
5. É expressamente proibido fazer qualquer alteração ao tipo do material a instalar, sem prévia autorização por escrito do M.O..
6. É igualmente da sua responsabilidade o fornecimento de material de desgaste, nomeadamente pilhas alcalinas de 9V para os programadores TBOSTM e WP da RAIN BIRD, HUNTER, SAMCLA.
7. No que respeita ao sistema de abastecimento da rede de rega, deve o adjudicatário zelar e manter em bom estado todo o sistema inerente ao funcionamento da rede, como exemplo sistema de bombagem, reles, hidropressores, sondas.

Cláusula 68.ª: Regras Específicas

1. No caso de avarias, roturas ou outras situações anómalas, que por qualquer causa ocorram, deverão ser reparadas no máximo em 48 h após a deteção e comunicação por escrito, sem que a superfície a regar sofra qualquer perturbação.
2. A substituição de qualquer elemento constituinte do sistema de rega deverá ser feita com peças e material igual ou equivalente ao existente, salvo indicação contrária e por escrito ao M.O..
3. Com prévia autorização do M.O., o adjudicatário poderá realizar melhorias no sistema de rega, que ficarão como propriedade do M.O.. Em qualquer caso no final dos melhoramentos deverá o adjudicatário entregar telas finais e documentação relativa aos trabalhos de melhoramento/alteração efetuados.
4. Regularmente, e sempre que necessário deverá ser verificado o sistema de rega, nomeadamente a programação e o funcionamento dos sistemas de automatização de rega instalados, afinação, limpeza e

desentupimento de aspersores e pulverizadores e de um modo geral o funcionamento de todos os elementos da rede, de modo a evitar danos no material vegetal plantado.

5. Nas parcelas das áreas de intervenção que possuam o sistema de rega gota-a-gota, o adjudicatário deverá executar ações de limpeza de fim de linha dos tubos gotejadores para retirar a sujidade existente no seu interior.
6. Nas situações em que existam sistemas de rega com filtragem, deverá o adjudicatário efetuar a limpeza dos filtros, com a periodicidade necessária e substituir os elementos filtrantes sempre que estes se apresentem danificados.
7. Sempre que se verifiquem deficiências de instalação, o adjudicatário deverá informar o M.O., e apresentar a solução para a anomalia, bem como proposta de preços para a sua reparação.
8. No caso dos sistemas de rega em que o seu funcionamento é acionado pelo sistema de bombagem, sempre que se verifique uma anomalia, deverá o adjudicatário informar a fiscalização, para que a anomalia seja resolvida o mais rapidamente possível.
9. Se a rega for efetuada manualmente, com mangueira, deve ser utilizado um espalhador tipo chuveiro, de modo que o diâmetro das gotas não danifique o relvado ou altere a superfície do solo.
10. O horário para proceder à operação de rega corresponderá ao período noturno e às horas de menor calor do dia, porquanto será o período mais adequado tendo em consideração o aumento de eficiência de rega e a necessidade absoluta de poupança e de gestão eficaz da água.
11. Os sistemas de rega automáticos funcionarão obrigatoriamente durante o período noturno e com fracionamento das dotações diárias intensidade da rega.

CAPÍTULO VIII – CONDIÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

Cláusula 69.ª: Mapa de Trabalhos e Orçamento

1. A Entidade Adjudicante fornece aos concorrentes um Mapa de Trabalhos, no ANEXO V, com todos os serviços a realizar, discriminados nos capítulos anteriores.
2. Os concorrentes devem elaborar uma proposta, tendo em consideração o mapa de trabalhos / quantidades apresentado, bem como as regras definidas nas cláusulas do presente caderno de encargos.

Cláusula 70.ª: Plantas a Afetar à Prestação de Serviços

1. O Adjudicatário obriga-se plantar todas as plantas a afetar à prestação do serviço, nomeadamente:
 - a. As plantas previstas no Mapa de Trabalhos, a fornecer pelo adjudicatário a seu custo;

- b. As plantas resultantes do levantamento das necessidades de retancho, levantadas no início do contrato, a fornecer pela entidade adjudicante a seu custo.

Cláusula 71.ª: Estrutura Tarifária da Prestação de Serviços

1. Pela prestação do serviço, o Adjudicatário cobra mensalmente à Entidade Adjudicante, os custos que resultam do mapa de trabalhos, discriminados de acordo com os artigos indicados.
2. Se durante a execução do contrato, se verificar que algumas áreas incluídas no objeto da prestação de serviços deixam de existir ou são reconvertidas para outros usos, o Município de Ourém poderá incluir:
 - a. no objeto da prestação de serviços incluir outras áreas que perfaçam a mesma área e que sejam da mesma tipologia;
 - b. deduzir da prestação mensal o valor afeto ao espaço, desde que observados os limites impostos pelo artigo 313º do Código Contratos Públicos (CCP). A dedução será efetuada de acordo o custo apresentado no orçamento a apresentar pelo adjudicatário, tendo em consideração o mapa de quantidade de trabalhos, que consta dos anexos.

Cláusula 72.ª: Atualização de Preços

1. Os valores dos preços constantes do Orçamento apresentado pelo Adjudicatário são revistos mensalmente, através da seguinte fórmula: .

$$R_n = 0,80 \times (a_n/a_o) + 0,02 \times (M22_n/M22_o) + 0,05 \times (M48_n/M48_o) + 0,03 \times (c_n/c_o) + d$$

Onde:

R_n = Coeficiente de Revisão;

a_o = Índice oficial de custo global de “Mão-de-obra” – Por distrito - Distrito de Santarém, relativo ao mês anterior ao da apresentação da proposta;

a_n = Índice oficial de custo global de “Mão-de-obra” – Por distrito - Distrito de Santarém, relativo ao mês n ;

$M22_o$ = Índice oficial de custo de “Gasóleo”, relativo ao mês anterior ao da apresentação da proposta;

$M22_n$ = Índice oficial de custo de “Gasóleo”, relativo ao mês n ;

$M48_o$ = Índice oficial de custo de “Produtos para Ajardinamento”, relativo ao mês anterior ao da apresentação da proposta;

$M48_n$ = Índice oficial de custo de “Produtos para Ajardinamento”, relativo ao mês n ;

c_o = Índice oficial de custo de “Equipamentos de Apoio”, relativo ao mês anterior ao da apresentação da proposta;

c_n = Índice oficial de custo de “Equipamentos de Apoio”, relativo ao mês n ;

d- Constante = 0,10.

Cláusula 73.ª: Faturação e Pagamentos

1. A faturação será apresentada mensalmente nos primeiros cinco dias úteis de cada mês.
2. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de sessenta dias observando o cumprimento às normas estabelecidas no Sistema de Controlo Interno do MO, particularmente face à especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processo de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, nos estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporalmente.
3. Em casos de mora nos pagamentos das faturas, estas passarão a vencer juros de mora, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo do Adjudicatário poder recorrer às instâncias judiciais como forma de obter o ressarcimento dos seus débitos.

CAPÍTULO IX – PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Cláusula 74.ª: Informações Preliminares

1. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no Caderno de Encargos, entende-se que o Adjudicatário se inteirou localmente das condições de realização dos trabalhos referentes à prestação de serviços.
2. A falta de informações relativas as condições locais, ou a sua inexatidão, só poderá servir de fundamento para reclamações quando os trabalhos a que der origem não estejam previstos no Caderno de Encargos.

Cláusula 75.ª: Proposta Base

1. Os concorrentes deverão apresentar uma única proposta base com as indicações referidas no presente caderno de encargos, não sendo admissíveis quaisquer propostas variantes.
2. Os concorrentes deverão apresentar um Plano de Trabalhos, tendo em consideração a metodologia fixada neste caderno de encargos, para cada tipo de prestação.

3. O Adjudicatário fica obrigado a apresentar um calendário anual com a distribuição de tarefas, ou seja, os dias exatos em que decorre cada uma das tarefas da prestação de serviços e qual a equipa afeta a cada uma dessas tarefas.
4. No prazo de 10 dias após a adjudicação da prestação de serviço, o adjudicatário deverá apresentar um Plano Definitivo Anual de Trabalhos, de acordo com o determinado no caderno de encargos.

CAPÍTULO X – FASES DO CONTRATO

Cláusula 76.ª: Plano de Trabalhos

1. Com a apresentação dos documentos de habilitação exigidos no Programa de Procedimento, o Adjudicatário deverá entregar um Plano Anual de Trabalhos.
2. O Plano Anual de Trabalhos deverá ser apresentado em suporte digital, que apenas entrará em vigor após aprovação pela Entidade Adjudicante.
3. O Plano Anual de Trabalhos deve conter a seguinte informação:
 - a) Disposições Gerais do Plano de Ação:
 - i. Identificação das ações a realizar nos diversos espaços verdes, por meses do ano, indicado os meios humanos e equipamentos.
4. O adjudicatário pode, em qualquer momento, propor modificações ao Plano Anual de Trabalhos, devendo esta alteração e novo plano serem aprovados pela Entidade Adjudicante.

Cláusula 77.ª: Início da Prestação do Serviço

5. Com o início da prestação do serviço serão realizadas as seguintes ações:
 - a) A Entidade Adjudicante disponibiliza ao Adjudicatário os bens afetos à prestação de serviços, sendo lavrado um auto de entrega, em duplicado e assinado pelas partes, com indicação exaustiva dos bens de que eventualmente se dê posse ao Adjudicatário e do respetivo estado de conservação, bem como a data da entrega;
 - b) O Adjudicatário fornece à Entidade Adjudicante a referência, a função e a natureza do vínculo laboral de cada elemento da estrutura de recursos humanos que foi integrado nos seus quadros para efeitos da prestação de serviço, bem como as apólices de seguro contra acidentes no trabalho relativamente a todo o pessoal;
 - c) O Adjudicatário designa um elemento que será o seu representante junto da Entidade Adjudicante;
 - d) No início da prestação de serviços, o adjudicatário deverá proceder ao levantamento de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas em falta, nos espaços que dizem respeito à prestação de

serviços. O levantamento deverá ser entregue com o primeiro Relatório Mensal de Atividades (RMA). A responsabilidade de plantação das espécies compete ao adjudicatário. A aquisição das mesmas é por conta da entidade adjudicante. As plantações serão efetuadas, de preferência no outono. O adjudicatário poderá solicitar as telas finais dos espaços para melhor contabilização das espécies.

Cláusula 78.ª: Período de funcionamento

1. Durante o período de funcionamento o Adjudicatário deve dar cumprimento integral às obrigações emergentes do contrato de prestação de serviços.
2. Durante o período de funcionamento, a lista de pessoal e de equipamentos afetos à prestação de serviços deverão ser discriminadas e permanentemente atualizadas pelo Adjudicatário relativamente à sua quantificação e qualificação, não podendo ser alterada a estrutura inicial, sem prévio consentimento da Entidade Adjudicante, devendo neste caso ser justificada a opção do Adjudicatário, com a correspondente mais valia associada em termos económico-financeiros, para ambas as partes.
3. O período de funcionamento termina na data em que o contrato se extinguir.

CAPÍTULO XI – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Cláusula 79.ª: Acompanhamento do Contrato

1. Para efeitos de acompanhamento do contrato, o Adjudicatário nomeará um Diretor Técnico, com a qualificação mínima de licenciado em área compatível com a natureza do objeto do presente procedimento, com uma experiência mínima de três anos, que fica responsável pela direção técnica da prestação dos serviços, devendo ter no mínimo uma taxa de afetação indicada no presente caderno de encargos.
2. Deve intervir ainda, por parte do Adjudicatário, um Encarregado para acompanhar diariamente os trabalhos e informar a fiscalização do Município de Ourém, com um mínimo de 3 anos de experiência demonstrada na atividade, afeto 100% a este contrato.
3. O Adjudicatário deverá informar a Entidade Adjudicante da identificação completa, qualificação técnica e contacto telefónico do Diretor Técnico e do Encarregado.
4. O Diretor Técnico e o Encarregado da prestação de serviços deverão acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente nos locais da realização da prestação de serviços sempre que para tal seja convocado e estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o Município de Ourém pela marcha dos trabalhos incluídos na prestação de serviços.

5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da prestação de serviços poderão ser dirigidos diretamente ao Diretor Técnico;
6. Em casos devidamente fundamentados, a Entidade Adjudicante poderá impor a substituição do Diretor Técnico e do Encarregado da prestação de Serviços ou de qualquer outro trabalhador afeto à prestação.
7. As funções de Diretor Técnico da prestação de serviços podem ser acumuladas com as de representante do Adjudicatário, ficando o mesmo Diretor Técnico com os poderes necessários para responder perante a Entidade Adjudicante sobre a prestação de serviços.
8. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Ourém, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião, podendo fazer-se acompanhar pelo Encarregado.
9. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Adjudicatário, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião, devendo ser programados os serviços extraordinários, bem como medidos os serviços realizados.
10. O Adjudicatário fica obrigado a apresentar ao Município de Ourém, os relatórios indicados na cláusula seguinte durante o tempo em que decorre a prestação de serviços.

Cláusula 80.ª: Controlo e Fiscalização por parte da Entidade Adjudicante

1. Compete à Entidade Adjudicante, o controlo e a fiscalização dos trabalhos inerentes à prestação do serviço. O pessoal com funções de fiscalização dispõe de livre acesso, no exercício das suas funções a todas as infraestruturas e equipamentos afetos à prestação de serviços, independentemente de o serviço ser realizado pelo Adjudicante ou por terceiro.
2. O Município de Ourém notificará o Adjudicatário da identidade dos representantes que designe para a fiscalização local dos trabalhos.
3. A prestação de serviços fica também sujeita à fiscalização que, em virtude de legislação especial, incumba a outras entidades.
4. A Entidade Adjudicante poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem como, das cláusulas do contrato de prestação de serviços, podendo para tal, exigir as informações e os documentos que considere necessários, nomeadamente os seguintes:
 - a) Documentos e quaisquer outros elementos relativos às principais características e condições de funcionamento de todas as estruturas, instalações e equipamentos afetos à prestação dos serviços contratualizados.

5. No âmbito dos seus poderes de fiscalização e limitando-se ao estritamente necessário à prossecução do interesse público, a Entidade Adjudicante pode emitir pareceres, recomendações, instruções e diretivas, que o Adjudicatário deve observar e respeitar.
6. A Entidade Adjudicante pode, sempre que o entender, verificar a veracidade e autenticidade das informações e elementos fornecidos pelo Adjudicatário, podendo exigir desta a apresentação de qualquer documento ou a realização de qualquer diligência que, para tanto, seja necessária, segundo um critério de razoabilidade.
7. A Entidade Adjudicante pode, na presença de representantes do Adjudicatário, efetuar vistorias ou exames que permitam avaliar as condições de funcionamento e as características dos meios e de quaisquer outros bens integrados na prestação de serviços contratualizada.
8. A Entidade Adjudicante pode, ainda, exercer quaisquer outras ações específicas de fiscalização no cumprimento das disposições legais e do que for consignado no contrato de prestação de serviços.
9. Os encargos com as vistorias e exames ou quaisquer outras ações de controlo ou fiscalização correm por conta da Entidade Adjudicante, salvo se a sua realização resultar de facto manifestamente imputável ao Adjudicatário que, em face das circunstâncias concretas, exija essa realização.
10. As ações de fiscalização da Entidade Adjudicante devem ficar documentadas.

Cláusula 81.ª: Plano e Relatórios

1. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
2. O Adjudicatário deverá apresentar, mensalmente, o Plano Mensal de Atividades (PMA), via email (espaços.verdes@mail.cm-ourem.pt), no qual dará conhecimento à fiscalização do M.O. dos trabalhos previstos que se propõe executar no correspondente período de 30 (trinta) dias.
3. O PMA deve ser apresentado até ao dia 5 de cada mês e deve referir a intenção do Adjudicatário no cumprimento do presente C.E. e do Contrato, especificando de forma objetiva, clara e perceptível a distribuição do efetivo das equipas, os espaços em que tenciona intervir, bem como as ações de manutenção a efetuar em cada dia do mês correspondente.
4. O Adjudicatário deve enviar à Entidade Adjudicante relatórios mensais, Relatório Mensal de Atividades (RMA) em formato digital., com os trabalhos executados no período que antecedeu de 30 (trinta) dias, especificando o local, o número de vezes, a periodicidade, os meios envolvidos, assim como todo o tipo de anomalias/incidentes, frequência e número de vezes verificadas, as dificuldades que apresentaram no desenvolvimento das operações, inutilizações de equipamentos e materiais, atos de vandalismo, entre outros.

5. O RMA deve indicar a quantidade, locais e espécies que foram plantadas no mês em questão, para efeitos de faturação. Só serão pagos os espécimes que forem confirmando pela fiscalização do contrato. O RMA deverá ser apresentado até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que diz respeito, deverão ser referidas as alterações ao PMA apresentado no mês em questão. Também deve indicar o seguinte:
 - a) Listagem dos tempos de rega dos sectores existentes nas áreas abrangidas pelo presente fornecimento;
 - b) Plano de adubações e fertilizações;
 - c) Listagem de produtos fitossanitários utilizados e respetivas doses;
6. O RMA deverá ser entregue via email (espaços.verdes@mail.cm-ourem.pt) e discutido caso necessário, na reunião mensal a agendar sempre que necessário.
7. O Diretor Técnico apresentará diariamente à Entidade Adjudicante, em suporte digital, via correio eletrónico, relatórios com os seguintes dados:
 - a) Trabalhos previstos não efetuados e respetivos motivos, bem como a previsão da sua realização;
 - b) Presença junto aos equipamentos inspecionados ou recolhidos/lavados de materiais não suscetíveis de recolha;
 - c) Reclamações;
 - d) Outras anomalias.
8. No final da execução do contrato, o Adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

CAPÍTULO XII – INCUMPRIMENTO E CUMPRIMENTO DEFEITUOSO

Cláusula 82.ª: infrações e Sanções Pecuniárias

1. Ao Município Ourém cabe o direito de impor ao Adjudicatário sanções, nos casos de não cumprimento das condições contratuais, do programa de procedimento e do caderno de encargos, nos termos dos números seguintes e da tabela n.º 13 do Anexo VI.
2. Sempre que esteja posta em causa a imagem e salubridade pública, a segurança ou prejuízos à circulação de veículos e peões e independentemente dos prazos fixados, os trabalhos deverão ser executados imediatamente.
3. O incumprimento das condições da prestação do serviço e demais obrigações previstas no presente caderno de encargos e procedimento, confere à entidade adjudicante o direito a ser indemnizada através

da aplicação de uma sanção, a creditar a favor da entidade adjudicante ou a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da entidade prestadora do serviço e as consequências do incumprimento.
5. Sem prejuízo da sanção prevista no presente artigo, a entidade adjudicante poderá, caso se verifique alguma das situações previstas na cláusula 84.ª resolver o contrato.
6. As sanções previstas no presente artigo não obstam a que a entidade adjudicante possa exigir uma indemnização pelo dano excedente.
7. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula não poderá ultrapassar os limites previstos no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO XIII – EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 83.ª: Caducidade

1. A prestação de serviços caduca no termo do prazo fixado no contrato.

Cláusula 84.ª: Resolução pela Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo do disposto no Código dos Contratos Públicos, a Entidade Adjudicante poderá pôr fim à prestação de serviços através de resolução do contrato, em casos de violação grave, não sanada ou não sanável das obrigações do Adjudicatário ao abrigo do contrato, que ponha em causa a regular prestação do serviço contratado.
2. Constituem, nomeadamente, causa de resolução do contrato por parte da Entidade Adjudicante, nos termos e para os efeitos do disposto no número anterior, os seguintes factos:
 - a) Incumprimento sistemático e não justificado das obrigações relativas à continuidade, verificando-se por períodos de interrupção prolongada da prestação do serviço ou atrasos, por período superior a 10 dias, por facto imputável ao Adjudicatário, que ponham irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
 - b) Incumprimento reiterado das obrigações que originaram a aplicação das sanções pecuniárias previstas no contrato de prestação de serviços;
 - c) Exercício de atividades diferentes das previstas no objeto social do Adjudicatário, não autorizadas pela Entidade Adjudicante e que ponham em causa a prestação do serviço contratualizado;

- d) Oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida de desobediência às determinações da Entidade Adjudicante, ou ainda às leis e regulamentos aplicáveis a esta prestação;
 - e) A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual, sem autorização da Entidade Adjudicante;
 - f) Abandono da prestação de serviços;
 - g) Transmissão ou oneração da prestação de serviços, no todo ou em parte, fora dos casos permitidos na lei;
 - h) Quando o prestador de Serviços se encontre em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
 - i) Falta de prestação ou de reposição da caução nos termos e prazos previstos;
 - j) Incumprimento das decisões ou sentenças proferidas pelas entidades competentes para tal e que ponham em causa a prestação do serviço contratualizado;
 - k) Prática de atividade fraudulenta que de algum modo lese o interesse público;
 - l) Condenação por sentença transitada em julgado por qualquer delito que afete a sua honorabilidade profissional.
3. Em caso de verificação de incumprimento contratual, nos termos dos números anteriores, a Entidade Adjudicante deverá notificar o Adjudicado, através de carta registada, fixando um prazo de 10 dias úteis para a regularização da situação de incumprimento.
 4. Caso o Adjudicado não retome o pontual cumprimento das suas obrigações ou não corrija ou repare as consequências do incumprimento havido, no prazo concedido para o efeito, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato mediante comunicação enviada ao Adjudicado.
 5. A comunicação da decisão de resolução referida no número anterior produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.
 6. A resolução do contrato da prestação de serviços não preclude a obrigação de indemnização que for aplicável por Lei, devendo o montante desta ser calculado nos termos gerais de Direito e podendo a Entidade Adjudicante recorrer à caução caso a mesma não seja paga voluntariamente pelo Adjudicatário.
 7. A resolução da prestação de serviços origina a perda, a favor da Entidade Adjudicante, da caução.
 8. A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou falhas ocorridas durante execução do contrato, nem a aplicação de penalidades contratuais.

Cláusula 85.ª: Resolução pelo Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei ou de outras situações de grave violação assumidas pelo contraente público, especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o Adjudicatário tem direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;

- b) Incumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por um período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 20% do preço contratual, excluindo juros;
 - c) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pela Entidade Adjudicante, quando tornem contrária à boa fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
 - d) Incumprimento pela Entidade Adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.
 3. Pertencendo o direito de resolução ao Adjudicatário, este notificará a Entidade Adjudicante da intenção do seu exercício e dos fundamentos do mesmo, dando-lhe um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias para se pronunciar justificadamente, cumprir as obrigações em falta ou repor a normalidade da situação, sob pena de se considerarem aceites as razões invocadas pelo Adjudicatário.
 4. Em caso algum poderá o Adjudicatário incumprir as suas obrigações, comprometendo-se ainda esta a prestar todo o auxílio que lhe seja solicitado pela Entidade Adjudicante relativamente à transição das atividades de prestação de serviços uma vez rescindido o contrato.
 5. No caso de resolução nos termos deste artigo, a Entidade Adjudicante deve indemnizar o Adjudicatário, devendo o montante desta ser calculado nos termos gerais de Direito.

CAPÍTULO XIV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 86.ª: Foro

Para a resolução de quaisquer litígios emergentes entre as partes relativamente à aplicação, interpretação ou integração das regras por que se rege a prestação de serviço será competente o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal territorialmente competente.

CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 87.ª: Regras de interpretação de documentos

As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato são resolvidas nos termos previstos no artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 88.ª: Dever de confidencialidade

1. As Partes obrigam-se a manter e considerar como confidenciais, durante a vigência do contrato, todos os dados, informações e registos a que tenham acesso em virtude do estabelecido no contrato e que constituem conhecimento relativo à prestação específico e próprio das Partes.
2. As Partes devem assegurar que o seu pessoal guarde a confidência referida no número anterior e tomar todas as medidas necessárias ou úteis para tal.
3. As obrigações de confidencialidade previstas nesta cláusula não se aplicam aos dados, informações e registos que:
 - a) Sejam do domínio público quando da receção dos mesmos;
 - b) Passem, de acordo com a lei aplicável, a ser do domínio público após a sua receção.
4. As Partes, desde já, acordam que os dados, informações e registos referidos nesta cláusula podem ser transmitidos a autoridades, assessores, instituições financeiras ou seguradoras, para a obtenção de autorizações, pareceres, financiamentos ou seguros necessários no âmbito da prestação de serviços.
5. O dever de confidencialidade estabelecido nesta cláusula para o Adjudicatário e para a Entidade Adjudicante, não prejudicará o cumprimento das obrigações de informação e/ou publicitação a que as Partes estejam ou venham a estar sujeitas.
6. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, a proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos as pessoas coletivas.

Cláusula 89.ª: Cessão da Posição Contratual

A subcontratação pelo Adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 90.ª: Comunicações entre as partes

1. Todas as notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes à outra parte, deverão ser efetuadas por escrito, com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. As comunicações, autorizações e aprovações previstas no contrato de prestação de serviços, salvo disposição específica em contrário, são sempre efetuadas por escrito e remetidas:
 - a) Por correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, podendo as partes exigir requisitos suplementares como condição de validade das comunicações;
 - b) Por correio normal ou registado com aviso de receção.

3. Consideram-se para efeitos do contrato de prestação de serviços, como domicílio da Entidade Adjudicante, os seguintes dados:

Morada: Praça D.^a Maria II, 1

2490-499 Ourém

Telefone: 249 540 900;

Fax: 249 540 908;

E-mail: espacos.verdes@mail.cm-ourem.pt.

Email acompanhamento do contrato: a designar.

4. Sempre que se verifique qualquer alteração, mesmo que pontual ou temporária, deverá ser obrigatoriamente dado conhecimento à Entidade Adjudicante, com a máxima urgência.

Cláusula 91.^a: Prazos

Os prazos fixados em dias ao longo do contrato de prestação de serviços contam-se em dias seguidos de calendário, nos termos do disposto no artigo 74.^a do Código do Procedimento Administrativo, salvo se contiverem a indicação de dias úteis, caso em que apenas se contam os dias em que os serviços da administração pública se encontrarem abertos ao público.

Ourém, 13 de setembro de 2023

O Presidente da Câmara,

(Luís Miguel Albuquerque)

ANEXOS

Anexo I - Grau de Qualidade Exigido na Prestação de Serviços

Tabela 2: Grau de Qualidade do Serviço Prestado

Tipologia	Grau de Qualidade
Interrupções de serviço (Cl. 14.ª)	O Adjudicatário deve comunicar de imediato à Entidade Adjudicante as interrupções de serviço, bem como o meio de resolução do problema e hora prevista para a retoma do serviço.
Qualidade e Objeto da Prestação de Serviços (Cl. 18.ª)	No início da prestação de serviços, o adjudicatário deverá proceder ao levantamento de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas em falta, nos espaços que dizem respeito à prestação de serviços.
Destino Final dos Resíduos (Cl. 22.ª)	Contabilização mensal da entrega de resíduos verdes no Ecocentro de Fátima ou em operador licenciado, no relatório mensal.
Limpeza Geral (Cl. 28.ª)	Todas as áreas integradas nesta manutenção terão de apresentar constantemente um aspeto geral limpo, sem acumulações de lixos ou detritos (papéis, latas, cartões, folhas velhas, dejetos de animais, etc.).
Pavimentos (Cl. 29.ª)	As áreas pavimentadas afetas à área de manutenção devem estar sem ervas daninhas, assim como em floreiras, muros, lancis e noutros locais relacionados com peças de construção civil na área afeta à manutenção.
Mobiliário de Jardim (Cl. 29.ª)	Comunicação de danos ou quebras de peças de mobiliário à fiscalização.
Corte dos Relvados e Prados Regados (Cl. 43.ª)	A relva e o prado regado deverão apresentar uma altura homogénea de 3 a 5 cm, nunca superior a 7 cm, e terá uma cor uniforme sem manchas amareladas.
Corte dos Rebordos (Cl. 44.ª)	Realizar-se-á pelo menos três vezes por ano o corte dos bordos por intermédio de uma pá francesa ou outro equipamento, arrancando a relva em excesso até às raízes.
Proteção do Colo de Arbustos e Árvores jovens (Cl. 45.ª)	Nos locais em que existam árvores plantadas no relvado devem ser feitas sempre que possível, caldeiras com limites afastados 0,20 m do colo da árvore e o corte dos rebordos deve ter tratamento igual ao descrito anteriormente.
Mondas em Relvados e Prados Regados (Cl. 46.ª)	Não é permitida a existência de ervas daninhas numa percentagem superior a 10%/m2.
Escarificação em Relvados e Prados Regados (Cl. 47.ª)	As escarificações no relvado que deverão ser executadas pelo menos uma vez por ano, depois do Inverno ou após o Verão, ou sempre que a fiscalização der indicações nesse sentido. O corte vertical ou verticut deverá ser feito em alternado com a operação descrita anteriormente, sendo as duas efetuadas pelo menos uma vez por ano
Ressementeira em Relvados e Prados Regados (Cl. 48.ª)	Não serão admitidas peladas numa percentagem superior a 5% por 1 m2, ou seja, peladas com área superior a um quadrado com 0,25m de lado. Todas as peladas existentes no relvado ou prado deverão ser semeadas num prazo máximo de 8 (oito) dias após notificação da fiscalização.

Tratamentos fitossanitários em Relvados e Prados Regados (Cl 49.ª)	Afixação de, junto da área a tratar, avisos que indiquem com clareza o tratamento a realizar, a data a partir da qual se permite o acesso ao local tratado, estabelecida de acordo com o intervalo de reentrada que, caso não exista indicação no rótulo, deve ser pelo menos de 24 horas, bem como a identificação da entidade responsável pelo tratamento. Informa a fiscalização por escrito.
Fertilização em Relvados e Prados Regados (Cl 50.ª)	Todos os anos serão efetuadas, no mínimo, duas adubações com adubo composto mais adequado e na quantidade mais indicada, uma no início da Primavera (março) e outra no início do Outono (outubro). Todas as aplicações de fertilizantes serão planeadas com antecedência e aprovadas pela fiscalização, podendo esta apresentar soluções alternativas com custos semelhantes.
Conservação de Prados de Sequeiro (Cl. 51.ª)	A altura de corte do prado deverá ser de 8 cm e nunca superior a 10 cm.
Sachas e Mondas das Herbáceas (Cl. 54.ª)	Não será permitida a existência de infestantes numa percentagem superior a 5% da área em causa. (Cláusula 43.ª)
Retanchas das Herbáceas (Cl 55.ª)	Dependendo da natureza das herbáceas, poderá ser necessário aparar e condicionar crescimento desmesurado, ou intensificar a floração daquelas. Sempre que tal se verificar, deve o adjudicatário informar a fiscalização das suas intenções.
Fertilizações das Herbáceas (Cl 56.ª)	Far-se-ão pelo menos 2 (duas) adubações de cobertura com adubo composto mais adequado a terem lugar no início da Primavera e do Outono.
Retanchas de Árvores (Cl 58.ª)	Sempre que uma árvore morre deve ser imediatamente substituída por um exemplar novo, de modo a que não exista qualquer tipo de lacunas nas zonas ajardinadas.
Conservação de Arbustos (Cl 59.ª)	Sempre que um arbusto morre, deve ser imediatamente substituída por um exemplar novo, de modo a que não exista qualquer tipo de lacunas nas zonas ajardinadas.
Tratamento Fitossanitários (Cl 60.ª)	Far-se-ão duas adubações anuais em coordenação com a fiscalização.
Recomendações Gerais Podas de Árvores (Cl 62.ª)	Não é permitido proceder a podas de talhadia de cabeça ou rolagem, excluindo-se casos pontuais e justificados, mediante despacho de autorização do Vereador do Pelouro do Ambiente, ou membro do executivo que o substitua.
Regras Específicas Rede de Rega (Cl 68.ª)	No caso de avarias, roturas ou outras situações anómalas, que por qualquer causa ocorram, deverão ser reparadas no máximo em 48 h após a deteção e comunicação por escrito, sem que a superfície a regar sofra qualquer perturbação.
Planos e Relatórios - Planos (Cl 81.ª)	Entrega do Plano Mensal de Atividades (PMA), via email (espaços.verdes@mail.cm-ourem.pt), até ao dia 5 de cada mês, com o conteúdo referido na cláusula 81.ª
Plano e Relatórios – Relatórios (Cl 81.ª)	Entrega do Relatório Mensal de Atividades (RMA) via email (espaços.verdes@mail.cm-ourem.pt), até ao dia 15 de cada mês, com o conteúdo referido na cláusula 81.ª
Controlo e Fiscalização por parte da Entidade Adjudicante (Cl 80.ª)	A Entidade Adjudicante pode, na presença de representantes do Adjudicatário, efetuar vistorias ou exames que permitam avaliar as condições de funcionamento e as características dos meios e de quaisquer outros bens integrados na prestação de serviços contratualizada.

ANEXO II – Lote 1 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Ourém e Outros Locais

Tabela 3: Lote 1 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Ourém e Outros Locais – Composição dos Canteiros

N.º	Designação - Lote 1	Relva m²	Inertes m²	Prado/ talude m²	outros (sebe e s/ cobertura) m²	Total m²	Prestação (meses)
1	Piscinas de Ourém	3023,25			170,79	3 194,04	36
2	Loteamento Eng. Adelino Amaro da Costa	634,09	103,94			738,03	36
3	Jardim Parque Estacionamento AEO (liceu)	58,76			71,35	130,11	36
4	Loteamento Urb. do Vale (junto GNR)	131,02		357,06		488,08	36
5	Loteamento Urb. da Charnequinha	239,28			19,36	258,64	36
6	Loteamento Urb. Travessa do Ribeirinho (pastelaria veneziana)	99,79	174,12		502,92	776,83	36
7	Sebe Rodoviária				110,53	110,53	36
8	Taludes Rua Dr. Francisco Sá Carneiro			2896,38		2 896,38	36
9	Jardim Praceta Ribeirinho	110,36				110,36	36
10	Rua Ribeira da Caridade			484,29		484,29	36
11	Urbecom (Praça da República, Mouzinho de Albuquerque, Agostinho Albano de Almeida, Largo Vitorino de Carvalho) incluindo floreiras*	129,67	32,15		15,00	176,82	36
12	Loteamento Dr. Alves (Casa da Criança)	250,57	46,30	156,49	22,42	475,78	36
13	Jardim do Centro Comunitário	337,41			114,99	452,40	36
14	Loteamento Urb. Da Lourinha	496,90				496,90	36
15	Jardim do Centro de Saúde, Casa Mortuária e Loteamento Dr. António Batista de Oliveira	581,36	132,17	10190,58	12,00	10 916,11	36
16	Parque António Teixeira e Extensão Parque António Teixeira	20481,33	176,60	5272,02	645,23	26 575,18	36
17	Jardim Praça Dr. Francisco Vieira (EPO)	519,60	137,50			657,10	36
18	Jardim Edifício Paços do Concelho	519,86	227,99			747,85	36
19	Urb. Fernão Lopes	915,71	426,77			1 342,48	36
20	Urb. Encosta do Castelo, Sebe Santo Amaro e Rua Afonso IV Conde Ourém		98,24		751,36	849,60	36
21	Jardim do Pelourinho	94,09	13,45			107,54	36
22	Jardim de Santa Teresa (ginja)	215,18				215,18	36
23	Calçada Mulher Morta e Fonte dos Cavalos			1748,36		1 748,36	36
24	Jardim Terreiro São Tiago*	2784,80		10798,40	731,36	14 314,56	36
25	Jardim da Corredoura	200,00	1390,12			1 590,12	36
26	Jardim do Tribunal	775,39				775,39	36
27	Jardim Teatro Municipal de Ourém (TMO)	443,38	929,46			1 372,84	36
28	Jardim da Quinta da Sapateira	1993,50	182,89	2411,65		4 588,04	36
29	Jardim Loteamento Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto (farmácia Verdasca)		986,91	273,86		1 260,77	36
30	Jardim do Cemitério	100,76		552,93		653,69	36
31	Av. D. Nuno Álvares Pereira*	118,99	745,70		120,00	984,69	36
32	Jardim Le Plessis Trevis	3291,18	119,42			3 410,60	36
33	Requalificação Rua Dr. Francisco Sá Carneiro*	844,00	2469,39			3 313,39	36
34	Rotunda do Lidl Rua dos Álamos		162,00	669,00		831,00	36

35	Canil - CRO		1560,80			1 560,80	36
36	Centro Escolar da Caridade	417,88	131,93		84,64	634,45	36
37	Centro Escolar Santa Teresa	271,60	143,33	250,14	1141,21	1 806,28	36
38	Agrupamento IV Conde Ourém	469,10		4947,74	116,06	5 532,90	36
39	Centro Escolar Ourém Nascente - Fontainhas	124,34		157,26	2685,76	2 967,36	36
40	Centro Escolar Gondemaria	197,91	25,18	50,61	1717,91	1 991,61	36
41	Centro Escolar Olival	166,85		750	3262,00	4 178,85	
42	Centro Escolar Amieira	166,29	102,62		1440,19	1 709,10	36
43	Centro Escolar da Freixianda	176,75				176,75	
44	Jardim de Seíça- junto à junta EN 113	195,24		91,79		287,03	36
45	Piscina Caxarias	695,86	839,77	2447,94		3 983,57	36
46	Jardim loteamento Av..21 junho - Caxarias		1660,86	1147,70		2 808,56	36
		42 272,05	13 019,61	45 654,20	13 735,08	114 680,94	

*Locais onde deve ser efetuado o levantamento, referido no n.º 4, da Clausula 18.ª.

Tabela 4: Lote 1 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Ourém e Outros Locais – Sistema de Rega, flores e Arbustos

N.º	Designação - Lote 1	Canteiros Flores /Arbustos	Sistema Rega
1	Piscinas de Ourém	sim	Rain Bird
2	Loteamento Eng Adelino Amaro da Costa	sim	Manual
3	Jardim Parque Estacionamento AEO (liceu)	não	Rain Bird
4	Loteamento Urb. do Vale (junto GNR)	não	Rain Bird
5	Loteamento Urb.da Charnequinha	não	Rain Bird
6	Loteamento Urb. Travessa do Ribeirinho (pastelaria veneza)	não	Rain Bird
7	Sebe Rodoviária	não	-
8	Taludes Rua Dr. Francisco Sá Carneiro	não	-
9	Jardim Praceta Ribeirinho	não	Rain Bird
10	Rua Ribeira da Caridade	não	-
11	Urbecom (Praça da República, Mouzinho de Albuquerque, Agostinho Albano de Almeida, Largo Vitorino de Carvalho) incluindo floreiras	sim	Rain Bird
12	Loteamento Dr. Alves (Casa da Criança)	não	Rain Bird
13	Jardim do Centro Comunitário	não	Rain Bird
14	Loteamento Urb. Da Lourinha	não	Rain Bird
15	Jardim do Centro de Saúde, Casa Mortuária e Loteamento Dr. António Batista de Oliveira	sim	Rain Bird
16	Parque António Teixeira e Extensão Parque António Teixeira	sim	Hunter
17	Jardim Praça Dr. Francisco Vieira (EPO)	sim	Rain Bird
18	Jardim Edifício Paços do Concelho	sim	Hunter
19	Urb. Fernão Lopes	sim	Rain Bird
20	Urb. Encosta do Castelo, Sebe Santo Amaro e Rua Afonso IV Conde Ourém	não	-
21	Jardim do Pelourinho	não	Rain Bird
22	Jardim de Santa Teresa (ginja)	sim	Rain Bird
23	Calçada Mulher Morta e Fonte dos Cavalos	não	-
24	Jardim Terreiro São Tiago	não	Rain Bird
25	Jardim da Corredoura	sim	Rain Bird - Plataforma WEB
26	Jardim do Tribunal	sim	Rain Bird
27	Jardim Teatro Municipal de Ourém (TMO)	sim	Rain Bird
28	Jardim da Quinta da Sapateira	sim	Rain Bird
29	Jardim Loteamento Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto (farmácia Verdasca)	não	-

30	Jardim do Cemitério	sim	Rain Bird
31	Av. D. Nuno Álvares Pereira	sim	SAMCLA
32	jardim Le Plessis Trevis	sim	Rain Bird - Plataforma WEB
33	Requalificação Rua Dr. Francisco Sá Carneiro	sim	SAMCLA, Rain Bird, Manual
34	Rotunda do Lidl Rua dos Álamos	sim	SAMCLA
35	Canil - CRO	sim	Rain Bird
36	Centro Escolar da Caridade	não	Hunter
37	Centro Escolar Santa Teresa	sim	Rain Bird
38	Agrupamento IV Conde Ourém	não	-
39	Centro Escolar Ourém Nascente - Fontainhas	não	Rain Bird
40	Centro Escolar Gondemaria	não	Rain Bird
41	Centro Escolar Olival	não	Rain Bird
42	Centro Escolar Amieira	sim	Rain Bird
43	Centro Escolar da Freixianda	não	-
44	Jardim de Seíça . junto à junta EN 113	não	Rain Bird
45	Piscina Caxarias	não	Rain Bird
46	Jardim loteamento Av. 21 junho - Caxarias	não	Rain Bird

Tabela 5: Lote 1 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Ourém e Outros Locais – Árvores de Arruamento

N.º	Designação	Local
1	Rua Dr. Francisco Sá Carneiro	Ourém
2	Av. D. Nuno Álvares Pereira	Ourém
3	Rua Dr. Armando Reis Vieira	Ourém
4	Rua Comandante Joaquim da Silva	Ourém
5	Rua St.ª Teresa de Ourém	Ourém
6	Rua da Charnequinha	Ourém
7	Travessa da Charnequinha	Ourém
8	Av. Bombeiros Voluntários de Ourém - N349	Ourém
9	Rua Dr. Neves Eliseu	Ourém
10	Rua Dr. António Pereira Afonso	Ourém
11	Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto	Ourém
12	Rua Ribeira da Caridade	Ourém
13	Rua Melvin Jones	Ourém
14	Rua dos Congressos	Ourém
15	Rua Vale da Aveleira	Ourém
16	Rua Dr. Branca de Seabra	Ourém
17	Rua do Mercado	Ourém
18	Rua Tenente Coronel Moreira Lopes	Ourém

Tabela 6: Lote 1 — Listagem de Plantas a Fornecer – 3 anos

Arbustos, herbácea, flores da Época e árvores	Dimensões	Unidade	Quantidade
Arbustos			
Dimorphoteca pluvialis	V10	UN	150
Juniperus Horizontalis "Littoralis"	V 2,5 L - 30/40	UN	30
Myrtus Communis	V 4L - 40/60	UN	15
Pittosporum Tobira "Nana"	V 3L -20/30	UN	20
Rosmarinus Officinalis "Prostatus"	V1,3L - 20/30	UN	25
Iris Germanica	V 10	UN	100
Iris Pseudocorus	V10	UN	100
Santolina Virens	V10	UN	100
Thymus Vulgaris	V10	UN	10
Elaeagnus Ebbinquei "Limelight"	V5 -40/60	UN	0
Roseiras	V12	UN	20
Flores Estação			
Begonia semperflorens	V10	UN	950
Verbena	V10	UN	950
Tagetes Patula	V10	UN	950
Viola	V 10	UN	950
Impatiens New Guiné	V10	UN	950
Pelargonio	V10	UN	450
Petunia grandiflora	V10	UN	450
Petunia surfinia	V10	UN	450
Dahlia	V10	UN	500
Calêndulas	V10	UN	250
Bellis	V10	UN	450
Pentas	V10	UN	100
Árvores			
Liriodendron tulipifera	16/18	UN	5
Liquidambar styraciflua	16/18	UN	5
Aesculus hippocastanum	16/18	UN	5
Tilia argentata	16/18	UN	5
Quercus coccinea	16/18	UN	5
Ginko Biloba	16/18	UN	5
Schinus molle	16/18	UN	5
Cercis siliquastrum	16/18	UN	5
			8010

ANEXO III – Lote 2 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Fátima e Outros Locais

Tabela 7: Lote 2 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Fátima e Outros Locais – Composição dos Canteiros

N.º	Designação	Relva m²	Inertes m²	Prado/ talude m²	outros (sebe e s/ cobertura) m²	Total m²	Prestação (meses)
1	Av. José Alves Correia da Silva*	2 360,45			3 582,60	5 943,05	36
2	Rotunda Sul*	2 425,59				2 425,59	36
3	Rotunda Norte*	2 103,61				2 103,61	36
4	Rotunda da Pietá	160,00				160,00	36
5	Rua Jacinta Marto (rosa D'Ouro)	150,48				150,48	36
6	Rotunda Anjo de Portugal		253,89			253,89	36
7	Av. Beato Nuno (cruz. Rua Dr Júlio Constantino e Cruz Rua São Francisco de Assis)		238,10			238,10	36
8	Av. Beato Nuno (corte Moita Redonda)	211,86				211,86	36
9	Rua São João de Deus	320,68				320,68	36
10	Rua São João Baptista (junto à capela)	943,14				943,14	36
11	Beco da Cova do Ferreiro (Rua do Rosário)			384,11		384,11	36
12	Av. Dos Pastorinhos (Rotunda das Vespas)		113,12			113,12	36
13	Av. Dos Pastorinhos (rotunda Torres Novas)	430,86	144,00			574,86	36
14	Rua Principal - Moimento	682,98				682,98	36
15	Rotunda da Eira da Pedra	250,00	323,33			573,33	36
16	Cruzamento de Boleiros	228,48				228,48	36
17	Jardim de Boleiros	192,41				192,41	36
18	Jardim do Cruzeiro - Lomba D'ègua	1 103,82				1 103,82	36
19	Av. Beato Nuno - Cruzamento Rua 13 de Maio e Cruzamento Rua São Domingos		158,52			158,52	36
20	Rua 13 de Maio		59,19			59,19	36
21	Urba. das Azinheiras		535,22			535,22	36
22	Floreiras (Rua Francisco Marto e Jacinta Marto - Praça Kondor)				36,00	36,00	36
23	Urb Rua Padre António Martins Pereira			973,12		973,12	36
24	Bairro N. Sr.ª da Conceição		92,00			92,00	36
25	Travessa Júlio Ferreira Constantino	90,00				90,00	36
26	Ecovia de Fátima - Estrada da Ortiga*			2 000,00		2 000,00	36
27	Jardim Parque Infantil Santos Francisco e Jacinta*	155,00	201,10	350,50		706,60	36

28	Requalificação Av.. Irmã Lúcia*		313,00	30,00		343,00	12
29	Requalificação Estrada de Leiria*		58,00			58,00	36
30	Envolvente ao Campo Ténis Fátima - Rua João de Deus		100,00	176,00		276,00	36
31	Centro Escolar Cova de Iria	98,64	172,78		849,53	1 120,95	36
32	Centro Escolar Beato Nuno	1 324,92			245,24	1 570,16	36
33	Centro Escolar Misericórdias	150,01		3 606,69	3 461,62	7 218,32	36
34	Jardim na Rua Luís de Camões - Vilar dos Prazeres		173,27			173,27	36
35	Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro	2 030,00			5 070,00	7 100,00	36
		15 412,93	2 935,52	7 520,42	13 244,99	39 113,86	

*Locais onde deve ser efetuado o levantamento, referido no n.º 4, da Clausula 18.ª.

Tabela 8: Lote 2 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Ourém e Outros Locais – Sistema de Rega, flores e Arbustos

N.º	Designação	Canteiros Flores Estação	Sistema Rega
1	Av. José Alves Correia da Silva	sim	SAMCLA
2	Rotunda Sul	sim	SAMCLA
3	Rotunda Norte	sim	SAMCLA
4	Rotunda da Pietá	sim	Rain Bird
5	Rua Jacinta Marto (rosa D'Ouro)	não	Rain Bird
6	Rotunda Anjo de Portugal	sim	-
7	Av. Beato Nuno (cruz. Rua Dr Júlio Constantino e Cruz Rua São Francisco de Assis)	sim	-
8	Av. Beato Nuno (corte Moita Redonda)	não	Rain Bird
9	Rua São João de Deus	sim	Rain Bird
10	Rua São João Baptista (junto à capela)	não	Rain Bird
11	Beco da Cova do Ferreiro (Rua do Rosário)	não	-
12	Av. Dos Pastorinhos (Rotunda das Vespas)	sim	-
13	Av. Dos Pastorinhos (rotunda Torres Novas)	sim	Rain Bird
14	Rua Principal - Moimento	não	Rain Bird
15	Rotunda da Eira da Pedra	sim	Rain Bird
16	Cruzamento de Boleiros	não	Rain Bird
17	Jardim de Boleiros	não	-
18	Jardim do Cruzeiro - Lomba D'Égua	não	Rain Bird
19	Av. Beato Nuno - Cruzamento Rua 13 de Maio e Cruzamento Rua São Domingos	sim	-
20	Rua 13 de Maio	sim	Rain Bird
21	Urba. das Azinheiras	sim	Rain Bird
22	Floreiras (Rua Francisco Marto e Jacinta Marto - Praça Kondor)	sim	manual
23	Urb Rua Padre António Martins Pereira	não	SAMCLA
24	Bairro N. Sr.ª da Conceição	sim	manual
25	Travessa Júlio Ferreira Constantino	não	-

26	Ecovia de Fátima - Estrada da Ortiga	sim	Rain Bird
27	Jardim Parque Infantil Santos Francisco e Jacinta	sim	SAMCLA
28	Requalificação Av.. Irmã Lúcia	não	SAMCLA
29	Requalificação Estrada de Leiria	não	Rain Bird Plataforma Web
30	Envolvente ao Campo Ténis Fátima - Rua João de Deus	sim	Rain Bird
31	Centro Escolar Cova de Iria	não	Rain Bird
32	Centro Escolar Beato Nuno	não	Rain Bird
33	Centro Escolar Misericórdias	não	Rain Bird
34	Jardim na Rua Luís de Camões - Vilar dos Prazeres	sim	-
35	Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro	não	Rain Bird

Tabela 9: Lote 2 - Descrição dos Jardins e Espaços Verdes da Cidade de Ourém e Outros Locais – Árvores de Arruamento

N.º	Designação	Local
1	Av. Beato Nuno	Fátima
2	Rua das Rosas	Fátima
3	Rua do Rosário	Fátima
4	Rua Prof António Lopes	Fátima
5	Rua S. João de Eudes	Fátima
6	Rua de St.ª Luzia	Fátima
7	Estrada de Leiria	Fátima
8	Av. Dos Pastorinhos EN 360	Fátima
9	Av. Irmã Lúcia Jesus - EN 356	Fátima
10	Rua Padre António Martins Pereira	Fátima
11	Rua 13 de Maio	Fátima
12	Rua Cónego Manuel Nunes Formigão	Fátima
13	Rua João Paulo II	Fátima
14	Praça P. Luis Kondor	Fátima
15	Rua Dr. Júlio Ferreira Constantino	Fátima
16	Rua Rainha Santa Isabel	Fátima
17	Praceta Santo António	Fátima
18	Rua Jacinta Marto	Fátima
19	Bairro Nossa Senhora da Conceição	Fátima
20	Rua de Santa Iria	Fátima
21	Rua Alto das Nogueiras	Fátima
22	Rua dos Jardins de Fátima	Fátima
23	Rua Dr. Sebastião Antunes Vieira	Fátima
24	Rua de São Vicente Paulo	Fátima
25	Travessa Júlio Ferreira Constantino	Fátima
26	Beco da Cova do Ferreiro	Fátima
27	Rua Francisco Marto	Fátima

Tabela 10: Lote 2 – Listagem de Plantas a Fornecer – 3 anos

Arbustos, herbácea, flores da Época e árvores	Dimensões	Unidade	Quantidade
Arbustos			
Dimorphoteca pluvialis	V10	UN	100
Juniperus Horizontalis "Littorallis"	V 2,5 L - 30/40	UN	35
Myrtus Communis	V 4L - 40/60	UN	15
Pittosporum Tobira "Nana"	V 3L - 20/30	UN	10
Rosmarinus Officinalis "Prostatus"	V1,3L - 20/30	UN	15
Iris Germanica	V 10	UN	100
Iris Pseudocorus	V10	UN	100
Santolina Virens	V10	UN	40
Thymus Vulgaris	V10	UN	10
Elaeagnus Ebbinqei "Limelight"	V5 40/60	UN	10
Roseiras	V12	Un	20
Flores estação			
Begonia semperflorens	V10	UN	1200
Verbena	V10	UN	1200
Tagetes Patula	V10	UN	1200
Viola	V 10	UN	1200
Impatiens New Guiné	V10	UN	1200
Pelargonio	V10	UN	1200
Petunia grandiflora	V10	UN	1200
Petunia surfinia	V10	UN	1200
Dahlia	V10	UN	1200
Calêndulas	V10	UN	1200
Bellis	V10	UN	1200
Pentas	V10	UN	1200
Árvores			
Liriodendron tulipifera	16/18	UN	5
Liquidambar styraciflua	16/18	UN	5
Sophora japonica	16/18	UN	5
Mélia azedarach	16/18	UN	5
Platanus orientalis	16/18	UN	5
Tilia argentata	16/18	UN	5
Tipuana tipu	16/18	UN	5
			14890

ANEXO IV – Lote 3 - Quantificação Podas nas Freguesias**Tabela 11:** Lote 3 - Podas nas Freguesias – N.º de Árvores por Freguesia

FREGUESIAS	N.º Árvores
Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	80
Freguesia de Caxarias	230
União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	110
União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	170
União de Freguesias de Gondemaria e Olival	380
Freguesia de Espite	95
União de Freguesias de Cercal e Matas	55
Freguesia de Atouguia	25
Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	70
Freguesia de Seiça	85
Freguesia de Alburitel	50
Total	1350

ANEXO V – Tabela guia das operações a realizar e periodicidade

Tabela 12: Tabela Orientativa de Operações

Tipo de Vegetação	Operações Culturais	Meses												Observações
		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Relvados e Prados	Rega				•	•	•	•	•	•				Não se Aplica ao prado de sequeiro
	Corte (relvado e prados regados)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
	Corte (prados de sequeiro)								•				•	Sempre que necessário
	Mondas	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	Só para o relvado
	Arejamento		•							•				Só para o relvado
	Ressementeira/colocação de pastas-tapete													Sempre que necessário
	Tratamentos Fitossanitários			•	•	•	•	•	•	•				Sempre que necessário
	Fertilização			•	•		•	•		•	•			
Herbáceas	Rega					•	•	•	•	•				Sempre que necessário
	Sachas e Mondas			•	•	•	•			•	•	•		Sempre que necessário
	Plantações/Retanchas	•	•								•	•	•	Sempre que necessário
	Tratamentos Fitossanitários													Sempre que necessário
	Fertilização			•							•			Sempre que necessário
Árvores e Arbustos	Rega					•	•	•	•	•				Nos primeiros anos
	Poda	•	•	•							•	•	•	Sempre que necessário
	Plantações/Retanchas	•	•								•	•	•	Sempre que necessário
	Tratamentos Fitossanitários													Sempre que necessário
	Fertilização													De acordo com o ponto 4.4 do capítulo III deste C.E.
	Ponteação													Sempre que necessário
	Abate													Sempre que necessário
	Corte de Sebes	•	•	•							•	•	•	Sempre que necessário
Papeleiras, Bancos de Jardim, e Eq. Infantis	verificar anomalias	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
Rede de rega	Conservação	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	
Órgãos recolha águas pluviais	Limpeza	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	

Anexo VI – Infrações e Penalidades

Tabela 13: Infrações e Penalidade

Tipologia	Infração do Grau de Qualidade	Penalidade
Interrupções de serviço (Cl. 14.ª)	Não comunicar de imediato à Entidade Adjudicante as interrupções de serviço, bem como o meio de resolução do problema e hora prevista para a retoma do serviço.	Penalidade = 100 € por ocorrência
Qualidade e Objeto da Prestação de Serviços (Cl. 18.ª)	A não entrega do levantamento de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas em falta, com o primeiro Relatório Mensal de Atividades	Penalidade = 25 € por cada dia de atraso
Destino Final dos Resíduos (Cl. 22.ª)	Falta de contabilização mensal da entrega de resíduos verdes no Ecocentro de Fátima ou em operador licenciado, no relatório mensal.	Penalidade = 100 € por cada falta
Limpeza Geral (Cl. 28.ª)	Áreas sem limpeza, de aspeto geral sujo com papéis, latas, cartões, folhas velhas, dejetos de animais, de forma reiterada (mais de que 3 vezes).	Penalidade = 100 € por ocorrência e 25€ por dia após o alerta
Pavimentos (Cl 29.ª)	Floreiras com ervas daninhas no pavimento.	Penalidade = 100 € pelas ocorrências em floreiras
Mobiliário de Jardim (Cl 29.ª)	Não comunicar danos ou quebras de peças de mobiliário à fiscalização.	Penalidade = 5 € por ocorrência
Corte dos Relvados e Prados Regados (Cl 43.ª)	O não cumprimento das regras: A relva deverá apresentar uma altura homogênea de 3 a 5 cm, nunca superior a 7 cm, e terá uma cor uniforme sem manchas amareladas; e o prado deverá apresentar uma altura máxima de 25 cm.	Penalidade = 100 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Corte dos Rebordos (Cl. 44.ª)	A falta de corte, pelo menos três vezes por ano, dos bordos por intermédio de uma pá francesa ou outro equipamento, arrancando a relva em excesso até às raízes.	Penalidade = 250 € por ocorrência
Proteção do Colo de Arbustos e Árvores jovens (Cl. 45.ª)	A existência de árvores danificadas por falta de corte dos rebordos adequadamente.	Penalidade = 100 € por árvore danificada
Mondas em Relvados e Prados Regados (Cl 46.ª)	Existência de ervas daninhas numa percentagem superior a 10%/m2.	Penalidade = 100 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Escarificação em Relvados e Prados Regados (Cl 47.ª)	Falta de escarificações e verticut no relvado, pelo menos uma vez por ano.	Penalidade = 150 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Ressementeira em Relvados e Prados Regados (Cl 48.ª)	Existência de peladas numa percentagem superior a 5% por 1 m2, ou seja, peladas com área superior a um quadrado com 0,25m de lado. Todas as peladas existentes no relvado ou prado deverão ser semeadas num prazo máximo de 8 (oito) dias após notificação da fiscalização.	Penalidade = 100 € pelas ocorrências por jardim da listagem

Tratamentos fitossanitários em Relvados e Prados Regados (CI 49.ª)	Falta de afixação de, junto da área a tratar, avisos que indiquem com clareza o tratamento a realizar, a data a partir da qual se permite o acesso ao local tratado, estabelecida de acordo com o intervalo de reentrada que, caso não exista indicação no rótulo, deve ser pelo menos de 24 horas, bem como a identificação da entidade responsável pelo tratamento. Falta de comunicação à fiscalização por escrito.	Penalidade = 25 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Fertilização em Relvados e Prados Regados (CI 50.ª)	Falta de aplicação de duas fertilizações anuais e a falta de planeamento e aprovação das aplicações de fertilizantes, pela fiscalização.	Penalidade = 250 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Conservação de Prados de Sequeiro Cl. 51.ª)	Altura de corte do prado superior a 10 cm.	Penalidade = 100 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Sachas e Mondas das Herbáceas (Cl. 54.ª)	Existências de infestantes numa percentagem superior a 5% da área em causa.	Penalidade = 100 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Retanchas das Herbáceas (CI 55.ª)	Falta de comunicação à fiscalização da necessidade de aparar e condicionar crescimento desmesurado, ou intensificar a floração daquelas.	Penalidade = 25 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Fertilizações das Herbáceas (CI 56.ª)	Falta de adubação em pelo menos 2 (duas) adubações por ano.	Penalidade = 250 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Retanchas de Árvores (CI 58.ª)	Falta de substituição de uma árvore morta.	Penalidade = 100 € pela ocorrência por árvore em falta
Conservação de Arbustos (CI 59.ª)	Falta de substituição de um arbusto morto.	Penalidade = 50 € pela ocorrência por arbusto em falta
Tratamento Fitossanitários – Árvores e Arbustos (CI 60.ª)	Far-se-ão duas adubações anuais em coordenação com a fiscalização.	Penalidade = 250 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Recomendações Gerais Podas de Árvores (CL 62.ª)	Execução de podas de talhadia de cabeça ou rolagem, excluindo-se casos pontuais e justificados, mediante despacho de autorização do Vereador do Pelouro do Ambiente, ou membro do executivo que o substitua.	Penalidade = 150 € pela ocorrência por árvore
Regras Específicas Rede de Rega (CI 68.ª)	Falta de reparação no prazo máximo de 48 horas	Penalidade = 100 € pelas ocorrências por jardim da listagem
Planos e Relatórios - Planos (CL 81.ª)	Falta de entrega do Plano Mensal de Atividades (PMA), via email (espaços.verdes@mail.cm-ourem.pt), até ao dia 5 de cada mês, com o conteúdo referido na cláusula 81.ª	Penalidade = 25 € por cada dia de atraso Penalidade = 25 € por falta de informação por cada tipo
Plano e Relatórios – Relatórios (CI 81.ª)	Falta de entrega do Relatório Mensal de Atividades (RMA) via email (espaços.verdes@mail.cm-ourem.pt), até ao dia 15 de cada mês, com o conteúdo referido na cláusula 81.ª	Penalidade = 25 € por cada dia de atraso Penalidade = 25 € por falta de informação por cada tipo
Controlo e Fiscalização por parte da Entidade Adjudicante (CI 80.ª)	Falta de cumprimento das notificações da fiscalização, em acordo com o presente caderno de encargos.	Penalidade = 25 € por cada dia de atraso

ANEXO VII – Mapa de Trabalhos, Lote 1, 2 e 3

Tabela 14: Mapa de Trabalhos do Lote 1 – Prestação 3 anos

Artigo N.º	Designação	Quantidade	Unidades	Custo Un	Custo Total
1.	Manutenção dos Espaços Verdes do Lote 1 – Cidade de Ourém, de acordo com o Caderno de Encargos				
1.1	Piscinas de Ourém	36	Uni.		
1.2	Loteamento Eng. Adelino Amaro da Costa	36	Uni.		
1.3	Jardim Parque Estacionamento AEO (liceu)	36	Uni.		
1.4	Loteamento Urb. do Vale (junto GNR)	36	Uni.		
1.5	Loteamento Urb. da Charnequinha	36	Uni.		
1.6	Loteamento Urb. Travessa do Ribeirinho (pastelaria veneza)	36	Uni.		
1.7	Sebe Rodoviária	36	Uni.		
1.8	Taludes Rua Dr. Francisco Sá Carneiro	36	Uni.		
1.9	Jardim Praceta Ribeirinho	36	Uni.		
1.10	Rua Ribeira da Caridade	36	Uni.		
1.11	Urbecom (Praça da República, Mouzinho de Albuquerque, Agostinho Albano de Almeida, Largo Vitorino de Carvalho) incluindo floreiras	36	Uni.		
1.12	Loteamento Dr. Alves (Casa da Criança)	36	Uni.		
1.13	Jardim do Centro Comunitário	36	Uni.		
1.14	Loteamento Urb. Da Lourinha	36	Uni.		
1.15	Jardim do Centro de Saúde, Casa Mortuária e Loteamento Dr. António Batista de Oliveira	36	Uni.		
1.16	Parque António Teixeira e Extensão Parque António Teixeira	36	Uni.		
1.17	Jardim Praça Dr. Francisco Vieira (EPO)	36	Uni.		
1.18	Jardim Edifício Paços do Concelho	36	Uni.		
1.19	Urb. Fernão Lopes	36	Uni.		
1.20	Urb. Encosta do Castelo, Sebe Santo Amaro e Rua Afonso IV Conde Ourém	36	Uni.		
1.21	Jardim do Pelourinho	36	Uni.		
1.22	Jardim de Santa Teresa (ginja)	36	Uni.		
1.23	Calçada Mulher Morta e Fonte dos Cavalos	36	Uni.		
1.24	Jardim Terreiro São Tiago	36	Uni.		
1.25	Jardim da Corredoura	36	Uni.		
1.26	Jardim do Tribunal	36	Uni.		
1.27	Jardim Teatro Municipal de Ourém (TMO)	36	Uni.		
1.28	Jardim da Quinta da Sapateira	36	Uni.		
1.29	Jardim Loteamento Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto (farmácia Verdasca)	36	Uni.		
1.30	Jardim do Cemitério	36	Uni.		
1.31	Av. D. Nuno Álvares Pereira	36	Uni.		
1.32	jardim Le Plessis Trevis	36	Uni.		
1.33	Requalificação Rua Dr. Francisco Sá Carneiro	36	Uni.		
1.34	Rotunda do Lidl Rua dos Álamos	36	Uni.		
1.35	Canil - CRO	36	Uni.		
1.36	Centro Escolar da Caridade	36	Uni.		
1.37	Centro Escolar Santa Teresa	36	Uni.		
1.38	Agrupamento IV Conde Ourém	36	Uni.		
1.39	Centro Escolar Ourém Nascente - Fontainhas	36	Uni.		
1.40	Centro Escolar Gondemaria	36	Uni.		
1.41	Centro Escolar Olival	36	Uni.		
1.42	Centro Escolar Amieira	36	Uni.		
1.43	Centro Escolar da Freixianda	36	Uni.		
1.44	Jardim de Seça - junto à junta EN 113	36	Uni.		

1.45	Piscina Caxarias	36	Uni.		
1.46	Jardim Loteamento Av..21 junho - Caxarias	36	Uni.		
TOTAL 1. DO LOTE 1					332 654,15 €
2.	Manutenção dos Espaços Verdes do Lote 1 – Fornecimento de Plantas				
2.1	Arbustos				
2.1.1	Dimorphoteca pluvialis V10	150	Uni.		
2.1.2	Juniperus Horizontalis "Littoralis" V2,5l -30/40	30	Uni.		
2.1.3	Myrtus Communis V 4L - 40/60	15	Uni.		
2.1.4	Pittosporum Tobira "Nana" V 3L -20/30	20	Uni.		
2.1.5	Rosmarinus Officinalis "Prostratus" V1,3L - 20/30	25	Uni.		
2.1.6	Iris Germanica V 10	100	Uni.		
2.1.7	Iris Pseudocorus V 10	100	Uni.		
2.1.8	Santolina Virens V 10	100	Uni.		
2.1.9	Thymus Vulgaris V 10	10	Uni.		
2.1.10	Elaeagnus Ebbingei "Limelight" 40/60	0	Uni.		
2.1.11	Roseiras V12	20	Uni.		
2.2	Flores Estação				
2.2.1	Begonia semperflorens V10	950	Uni.		
2.2.2	Verbena V10	950	Uni.		
2.2.3	Tagetes Patula V10	950	Uni.		
2.2.4	Viola V10	950	Uni.		
2.2.5	Impatiens New Guiné V10	950	Uni.		
2.2.6	Pelargonio V10	450	Uni.		
2.2.7	Petunia grandiflora V 10	450	Uni.		
2.2.8	Petunia surfinia V10	450	Uni.		
2.2.9	Dahlia V10	500	Uni.		
2.2.10	Calêndulas V10	250	Uni.		
2.2.11	Bellis V10	450	Uni.		
2.2.12	Pentas V10	100	Uni.		
2.3	Árvores				
2.3.1	Liriodendron tulipifera PAP 16/18	5	Uni.		
2.3.2	Liquidambar styraciflua PAP 16/18	5	Uni.		
2.3.3	Aesculus hippocastanum PAP 16/18	5	Uni.		
2.3.4	Tilia argentata PAP 16/18	5	Uni.		
2.3.5	Quercus coccinea PAP 16/18	5	Uni.		
2.3.6	Ginkgo Biloba PAP 16/18	5	Uni.		
2.3.7	Schinus molle PAP 16/18	5	Uni.		
2.3.8	Cercis siliquastrum PAP 16/18	5	Uni.		
TOTAL 2. DO LOTE 1					11 398,00 €
3.	Manutenção dos Espaços Verdes do Lote 1 – Tratamento Fitossanitário				
3.1	Tratamento fitossanitário de 200 árvores de arruamento da cidade de Ourém, três tratamentos, por árvore.	200	Uni.		4 120,24 €
TOTAL 3. DO LOTE 1					4 120,24 €
TOTAL LOTE 1					348.262.39 €

Tabela 15: Mapa de Trabalhos do Lote 2 – Prestação 3 anos

Artigo N.º	Designação	Quantidade	Unidades	Custo Un	Custo Total
1.	Manutenção dos Espaços Verdes do Lote 2 – Cidade de Fátima, de acordo com o Caderno de Encargos				
1.1	Av. José Alves Correia da Silva		Uni.		
1.2	Rotunda Sul		Uni.		
1.3	Rotunda Norte		Uni.		
1.4	Rotunda da Pietá		Uni.		
1.5	Rua Jacinta Marto (rosa D'Ouro)		Uni.		
1.6	Rotunda Anjo de Portugal		Uni.		
1.7	Av. Beato Nuno (cruz. Rua Dr Júlio Constantino e Cruz Rua São Francisco de Assis)		Uni.		
1.8	Av. Beato Nuno (corte Moita Redonda)		Uni.		
1.9	Rua São João de Deus		Uni.		
1.10	Rua São João Baptista (junto à capela)		Uni.		
1.11	Beco da Cova do Ferreiro (Rua do Rosário)		Uni.		
1.12	Av. Dos Pastorinhos (Rotunda das Vespas)		Uni.		
1.13	Av. Dos Pastorinhos (rotunda Torres Novas)		Uni.		
1.14	Rua Principal - Moimento		Uni.		
1.15	Rotunda da Eira da Pedra		Uni.		
1.16	Cruzamento de Boleiros		Uni.		
1.17	Jardim de Boleiros		Uni.		
1.18	Jardim do Cruzeiro - Lomba D'Égua		Uni.		
1.19	Av. Beato Nuno - Cruzamento Rua 13 de Maio e Cruzamento Rua São Domingos		Uni.		
1.20	Rua 13 de Maio		Uni.		
1.21	Urba. das Azinheiras		Uni.		
1.22	Floreiras (Rua Francisco Marto e Jacinta Marto - Praça Kondor)		Uni.		
1.23	Urb Rua Padre António Martins Pereira		Uni.		
1.24	Bairro N. Sr.ª da Conceição		Uni.		
1.25	Travessa Júlio Ferreira Constantino		Uni.		
1.26	Ecovia de Fátima - Estrada da Ortiga		Uni.		
1.27	Jardim Parque Infantil Santos Francisco e Jacinta		Uni.		
1.28	Requalificação Av. Irmã Lúcia		Uni.		
1.29	Requalificação Estrada de Leiria		Uni.		
1.30	Envolve ao Campo Ténis Fátima - Rua João de Deus		Uni.		
1.31	Centro Escolar Cova de Iria		Uni.		
1.32	Centro Escolar Beato Nuno		Uni.		
1.33	Centro Escolar Misericórdias		Uni.		
1.34	Jardim na Rua Luís de Camões - Vilar dos Prazeres		Uni.		
1.35	Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro				
TOTAL 1. DO LOTE 2					362 321,46€
2.	Manutenção dos Espaços Verdes do Lote 2 – Fornecimento de Plantas				
2.1	Arbustos				
2.1.1	Dimorphoteca pluvialis	100	Uni.		
2.1.2	Juniperus Horizontalis "Littorallis"	35	Uni.		
2.1.3	Myrtus Communis	15	Uni.		
2.1.4	Pittosporum Tobira "Nana"	10	Uni.		
2.1.5	Rosmarinus Officinalis "Prostatus"	15	Uni.		
2.1.6	Iris Germanica	100	Uni.		
2.1.7	Iris Pseudocorus	100	Uni.		
2.1.8	Santolina Virens	40	Uni.		
2.1.9	Thymus Vulgaris	10	Uni.		
2.1.10	Elaeagnus Ebbinquei "Limelight"	10	Uni.		
2.1.11	Roseiras	20	Uni.		

2.1.2	Flores Estação				
2.1.3	Begonia semperflorens	1200	Uni.		
2.1.4	Verbena	1200	Uni.		
2.1.5	Tagetes Patula	1200	Uni.		
2.1.6	Viola	1200	Uni.		
2.1.7	Impatiens New Guiné	1200	Uni.		
2.1.8	Pelargonio	1200	Uni.		
2.1.9	Petunia grandiflora	1200	Uni.		
2.1.10	Petunia surfinia	1200	Uni.		
2.1.11	Dahlia	1200	Uni.		
2.1.12	Calêndulas	1200	Uni.		
2.1.13	Bellis	1200	Uni.		
2.1.14	Pentas	1200	Uni.		
2.1.3	Árvores				
2.1.4	Liriodendron tulipifera	5	Uni.		
2.1.5	Liquidambar styraciflua	5	Uni.		
2.1.6	Sophora japonica	5	Uni.		
2.1.7	Mélia azedarach	5	Uni.		
2.1.8	Platanus orientalis	5	Uni.		
2.1.9	Tilia argentata	5	Uni.		
2.1.10	Tipuana tipu	5	Uni.		
TOTAL 2. DO LOTE 2					17 016,50€
TOTAL LOTE 2					353.337,96€

Tabela 16: Mapa de Trabalhos do Lote 3 – Prestação 3 anos

Artigo N.º	Designação	Quantidade	Unidades	Custo Un	Custo Total
5.	Poda nas Freguesias				
5.1	Freguesia de Nossa Senhora da Piedade	80	Uni.		
5.2	Freguesia de Caxarias	230	Uni.		
5.3	União de Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos	110	Uni.		
5.4	União de Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	170	Uni.		
5.5	União de Freguesias de Gondemaria e Olival	380	Uni.		
5.6	Freguesia de Espite	95	Uni.		
5.7	União de Freguesias de Cercal e Matas	55	Uni.		
5.8	Freguesia de Atouguia	25	Uni.		
5.9	Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	70	Uni.		
5.10	Freguesia de Seica	85	Uni.		
5.11	Freguesia de Alburitel	50	Uni.		
TOTAL					72 489,65€

ANEXO VIII – Localização dos Jardins de Ourém - Lote 1

Figura 2 – Piscinas de Ourém (N.º 1)



Figura 3 - Loteamento Eng. Adelino Amaro da Costa (N.º2)



Figura 4 - Jardim do Parque de Estacionamento AEO (N.º 3)



Figura 5 – Loteamento do Vale (N.º 4)



Figura 6 - Loteamento Charnequinha (N.º 5)



Figura 7 - Loteamento do Ribeirinho/Veneza (N.º6)



Figura 8 - Sebe Rodoviária (N.º7)



Figura 9 - Taludes Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (N.º 8)



Figura 10 - Jardim da Praceta do Ribeirinho/Buraca (N.º 9)



Figura 11 - Rua Ribeira da Caridade (N.º 10)



Figura 12 -Urbecom (Praça da Republica, Mouzinho de Albuquerque, Agostinho Albano de Almeida, Largo Vitorino de Carvalho) – (N.º 11)



Figura 13 - Loteamento Dr Alves (N.º 12)



Figura 14 - Jardim do Centro Comunitário (N.º 13)



Figura 15 - Loteamento da Lourinha (N.º 14)



Figura 16 - Jardim do Centro de Saúde, Casa Mortuária e Loteamento Dr. António Batista de Oliveira (N.º 15)



Figura 17 - Parque António Teixeira e Extensão Parque Ribeirinho (N.º 16)



Figura 18 - Jardim da Rua St.ª Teresa (N.º 17)



Figura 19 - Jardim do Edifício Paços do Concelho (N.º 18)



Figura 20 - Urbanização Fernão Lopes (N.º 19)



Figura 21 - Urbanização Encosta do Castelo, sebe Santo Amaro e Sebe Rua Afonso IV Conde Ourém (N.º 20)



Figura 22 – Jardim do Pelourinho (N.º 21)



Figura 23 – Jardim de Stª Teresa (ginja) (N.º 22)



Figura 24 - Calçada Mulher Morta e Fonte dos Cavalos (N.º 23)



Figura 25 - Jardim Terreiro São Tiago – Castelo (N.º 24)

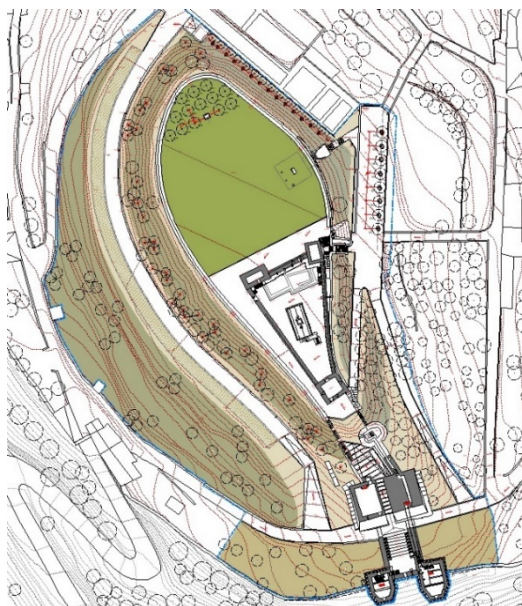


Figura 26 – jardim da Corredoura (N.º 25)



Figura 27 - Jardim do Tribunal (N.º 26)



Figura 28 - Jardim do Taetro Municipal de Ourém (TMO) (N.º 27)

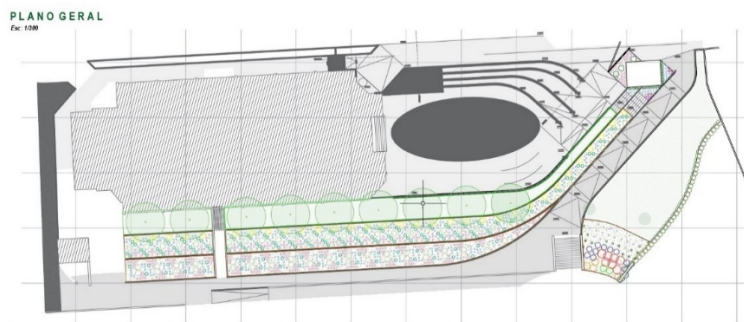


Figura 29 - Jardim da Quinta da Sapateira (N.º 28)



Figura 30 - Jardim Loteamento Rua Dr. António Justiniano da Luz Preto (N.º 29)



Figura 31 - Jardim do Cemitério (N.º 30)



Figura 32 - Av. D. Nuno Álvares Pereira (N.º 31)



Figura 33 - Jardim Le Plessis Trevis (N.º 32)



Figura 34 – Requalificação Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (N.º 33)



Figura 35 – Requalificação Rotunda do Lidl Álamos (N.º 34)

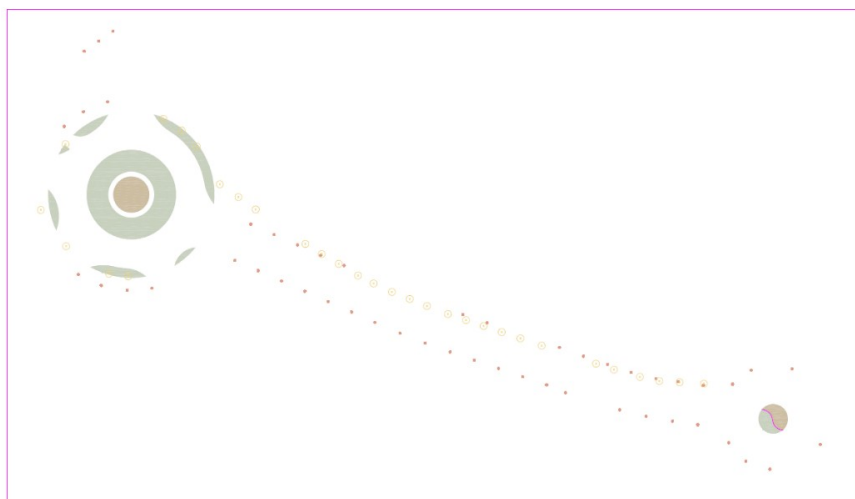


Figura 36 – Jardim do Canil – CRO (N.º 35)

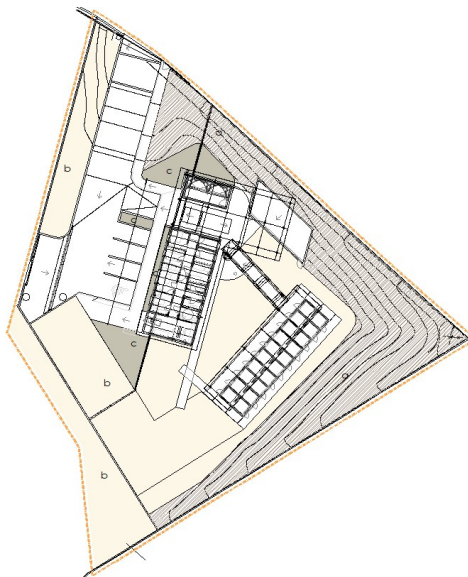


Figura 37 – Centro Escolar da Caridade (N.º 36)



Figura 38 - Centro Escolar St.ª Teresa (N.º 37)



Figura 39 – Agrupamento IV Conde de Ourém (N.º 38)



Figura 40 - Centro Escolar Ourém Nascente (N.º 39)



Figura 41 - Complexo Escolar da Gondemaria (N.º 40)



Figura 42 – Centro Escolar do Olival (N.º 41)



Figura 43 - Complexo Escolar da Amieira (N.º 42)



Figura 44 - Centro Escolar da Freixianda (N.º 43)



Figura 45 – Jardim de Seiça – junto à junta freguesia EN113 (N.º 44)



Figura 46 - Piscina Caxarias (N.º 45)



Figura 47 – Jardim do Loteamento Av. 21 de junho – Caxarias (N.º 46)



Figura 48 – Podas de Arruamento Ourém (Tabela 8)



ANEXO IX – Localização dos Jardins de Fátima – Lote 2

Figura 49 - Av. José Alves Correia da Silva (N.º 1)



Figura 50 - Rotunda Sul (N.º 2)



Figura 51 - Rotunda Norte (N.º 3)



Figura 52 - Rotunda da Pietá (N.º 4)



Figura 53 - Rua Jacinta Marto (Rosa D'Ouro) (N.º 5)



Figura 54 - Rotunda Anjo de Portugal (N.º 6)



Figura 55 - Av. Beato Nuno (Cruz. Rua Dr Júlio Constantino e Rua São Francisco de Assis) (N.º 7)



Figura 56 - Av. Beato Nuno (corte Moita Redonda) (N.º 8)

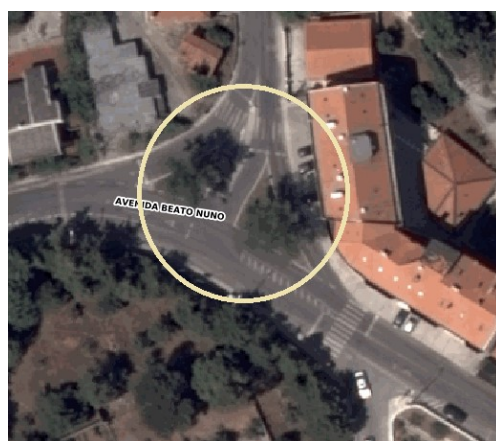


Figura 57 - Rua São João de Deus (N.º 9)



Figura 58 - Rua São João Batista (junto à capela) (N.º 10)



Figura 59 – Beco da Cova do Ferreiro (rua do Rosário) (N.º 11)



Figura 60 - Av. Dos Pastorinhos (Rotunda das Vespas) (N.º 12)



Figura 61 - Av. Dos Pastorinhos (Rotunda Torres Novas) (N.º 13)



Figura 62 - Rua Principal – Moimento (N.º 14)



Figura 63 - Rotunda da Eira da Pedra (N.º 15)



Figura 64 - Cruzamento de Boleiros (N.º 16)



Figura 65 - Jardim de Boleiros (17)



Figura 66 - Jardim do Cruzeiro – Lomba D'Égua (N.º 18)



Figura 67 - Av. Beato Nuno – Cruzamento Rua 13 de Maio e Cruzamento Rua São domingos (N.º 19)



Figura 68 - Rua 13 de Maio (N.º 20)



Figura 69 - Urbanização das Azinheiras (N.º 21)



Figura 70 - Floreiras (Rua Francisco Marto, Rua Jacinta Marto, Praça Padre Kondor) (N.º 22)



Figura 71 - Rua Padre Martins Pereira (N.º 23)



Figura 72 - Bairro N. Sr.ª Conceição (N.º 24)



Figura 73 - Travessa Júlio Ferreira Constantino (N.º 25)



Figura 74 - Ecovia de Fátima – Estrada da Ortiga (N.º 26)



Figura 75 – Parque Infantil dos Santos Francisco e Jacinta (N.º 27)



Figura 76 – Requalificação AV. Irmã Lúcia (N.º 28)

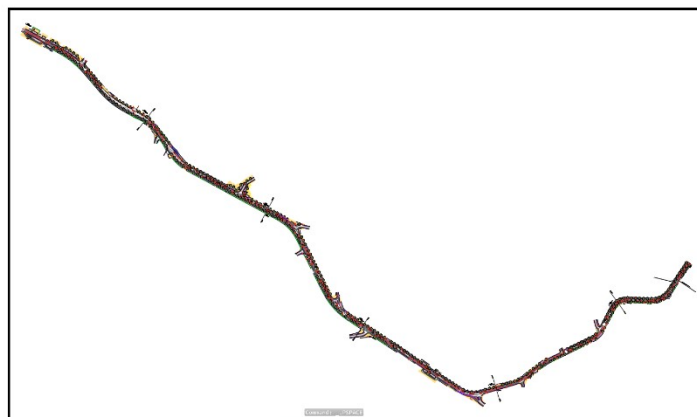


Figura 77 – Requalificação Estrada de Leiria (N.º 29)

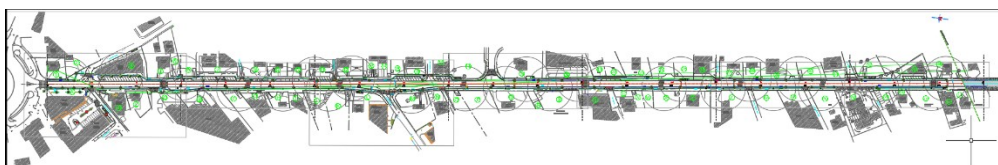


Figura 78 – Envolvente Campo Ténis Fátima (N.º 30)

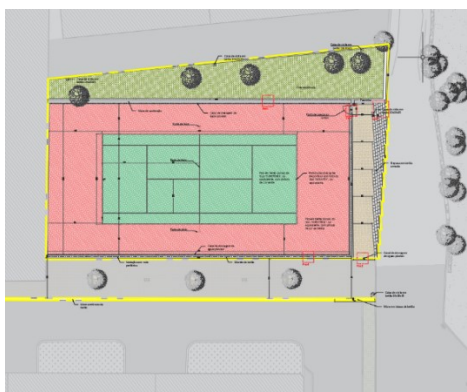


Figura 79 – Centro Escolar Cova de Iria (N.º 31)



Figura 80 – Centro Escolar Beato Nuno (N.º 32)



Figura 81 – Centro Escolar de Nossa Senhora das Misericórdias (N.º 33)



Figura 82 – Jardim Rua Luis de Camões – Vilar dos Prazeres (N.º 34)



Figura 83 – Pavilhão Gimnodesportivo do Caneiro (N.º 35)



Figura 84 - Podas de Arruamento de Fátima (Tabela 11)

